



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A DINÂMICA TERRITORIAL DA FRONTEIRA AMAPÁ - GUIANA
FRANCOESA SOB A INFLUÊNCIA DA INTEGRAÇÃO:
1995 A 2007**

JEAN CLÁUDIO SANTOS FONSECA

**ORIENTADOR
Prof. DR. GILBERTO DE MIRANDA ROCHA**

**Belém-PA
setembro - 2008**

JEAN CLÁUDIO SANTOS FONSECA

**A DINÂMICA TERRITORIAL DA FRONTEIRA AMAPÁ - GUIANA
FRANCESA SOB A INFLUÊNCIA DA INTEGRAÇÃO:
1995 A 2007**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará como pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Área de concentração: organização e gestão do território

Belém-PA
setembro – 2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central / UFPA, Belém - PA

Fonseca, Jean Cláudio Santos, 1970-

A Dinâmica territorial da fronteira Amapá – Guiana Francesa sob a influência da integração: 1995 a 2007 / Jean Cláudio Santos Fonseca ; orientador, Gilberto de Miranda Rocha. — 2008.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2008.

1. Amapá – Fronteiras – Guiana Francesa. 2. Guiana Francesa – Fronteiras – Amapá. 3. Geopolítica. I. Título.

CDD - 21. ed. 320.12

**A DINÂMICA TERRITORIAL DA FRONTEIRA AMAPÁ - GUIANA
FRANCESA SOB A INFLUÊNCIA DA INTEGRAÇÃO:
1995 A 2007**

JEAN CLÁUDIO SANTOS FONSECA

Data da Aprovação: 19/09/2008

CONCEITO: EXCELENTE

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. GILBERTO DE MIRANDA ROCHA
Orientador PPGeo/Ufpa

Prof. Dr. JOÃO MÁRCIO PALHETA DA SILVA
Examinador PPGeo/Ufpa

Prof. Dr. DURBENS MARTINS NASCIMENTO
Examinador externo NAEA/Ufpa

Dedico esse trabalho aos meus pais Jalles Marra da Fonseca e Juvercina Hilário dos Santos, aos meus Filhos José Lucas, João Eduardo e Felipe Góes, à minha companheira Márcia Freitas e a minha Vó Divina.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais pela grande ajuda no desenvolvimento de meus estudos durante toda minha vida acadêmica.

As minhas tias Maria Hilário, Olívia Hilário (in memória) e minha Vó Divina por terem me acolhido em suas casas, no período de minha formação no ensino médio.

A minha companheira Márcia Freitas pela força nas horas mais difíceis da minha vida nesses últimos quinze anos e pelos dois lindos filhos compartilhados comigo: José Lucas e João Eduardo.

A Universidade Federal do Amapá – UNIFAP pela oportunidade concedida através de minha liberação em tempo integral para desenvolver minhas atividades de pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro concedido.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Federal do Pará – UFPA, pela inestimável colaboração acadêmica em minha formação, em especial o Prof. Gilberto Rocha que desde a graduação serve de exemplo e inspiração nas atividades de pesquisa e docência do ensino superior.

A todos aqueles que colaboraram com informações e documentos para a confecção dessa dissertação, em especial aos mestres Gilberto Rocha, Durbens Martins, João Márcio, Giovani Mota e aos colegas Newton Marcelo, Elinaldo, Valdeci e José Edílson pela contribuição na formatação cartográfica dessa dissertação.

Aos meus colegas do mestrado, turma 2006: Mauro Pantoja, Aline Reis, José Edílson, Michele Sena, José Carlos, José Neto, Dalva Lúcia, Bruno Sena, Maria Júlia e Elves Marcelo, pelo compartilhamento de experiências (profissional, acadêmica e de vida) e pelo bom relacionamento durante nosso curso.

“O processo de tomada de consciência não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos. A velocidade com que cada pessoa se apropria da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação. A descoberta individual é, já, um considerável passo à frente ... O passo seguinte é a obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência. A partir daí, a discussão silenciosa consigo mesmo e o debate mais ou menos público com os demais ganham uma nova clareza e densidade, permitindo enxergar as relações de causa e efeito como uma corrente contínua, em que cada situação se inclui numa rede dinâmica, estruturada, à escala do mundo e à escala dos lugares”.

Milton Santos. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, 2000, p 169.

Lista de ilustrações

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa histórico	41
Figura 2	Eixo do Escudo Guianas	71

Lista de Quadros

Quadro 1	Demonstrativo das principais ações de cooperação desenvolvidas no período de 1995 a 2007	51
Quadro 2	Demonstrativo das Unidades de Conservação e Áreas Indígenas do Amapá	55
Quadro 3	Outras ações de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa	69

Lista de Mapas

Mapa 1	Área Contestada pela França e Brasil (1713-1900)	44
Mapa 2	Mapa da evolução política do Amapá	46
Mapa 3	Evolução das unidades de conservação e terras indígenas do Amapá e Guiana Francesa	58
Mapa 4	Interligação rodoviária Brasil/Amapá-França/Guiana Francesa	67

Lista de Siglas

ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF – Corporação Andina de Fomento
CAGEL – Companhia Amapaense de Geração de Energia
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CEA – Centrais Elétricas do Amapá
CI – Conservation International do Brasil
DIREN - Direction régionale de l’environnement de Guyane
FONPLATA – Fundo de Desenvolvimento da Bacia do Prata
GEA – Governo do Estado do Amapá
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICOMI – Indústria e Comércio de Mineração
IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
ISA – Instituto Sócio Ambiental
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISPN – Instituto Sociedade População e Natureza
PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PNMT – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PRONABIO – Programa Nacional de Diversidade Biológica
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRE – Ministério das Relações Exteriores
ONG’s – Organizações Não-governamentais
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC’s – Unidades de Conservação

Resumo

O interesse em estudar a fronteira internacional entre Brasil e Guiana Francesa deriva das implicações do processo de transformações sócio espaciais decorrentes da dinâmica fronteiriça na região.

O interesse do Governo Federal e Estado do Amapá, tanto os anteriores como os atuais, em estimular maior articulação com os vizinhos guianenses torna estratégico o estudo dos elementos que compõem a dinâmica territorial transfronteiriça, particularmente no município de Oiapoque, onde tensões fronteiriças com a Guiana Francesa, o asfaltamento da BR-156 que liga Macapá à Oiapoque e o projeto de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, exigem um conhecimento mais detalhado que possa subsidiar políticas públicas específicas, bem como uma leitura crítica acerca da realidade geográfica daquele município.

Nessa perspectiva é realizada uma abordagem dos principais atos políticos, sócio-econômicos e ambientais desenvolvidos no âmbito da cooperação transfronteiriça entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa, no período de 1995 a 2007

Palavra-chave: Fronteira, dinâmica territorial, políticas públicas, integração, cooperação transfronteiriça.

Abstract

The interest in studying the international border between Brazil and French Guiana flows of the implications of the process of transformations partner space current of the frontier dynamics in the area.

The Federal Government's interest and State of Amapá, as much the previous ones as the current ones, in stimulating larger articulation with the neighbors guianenses it turns strategic the study of the elements that you/they compose the dynamics territorial transfronteiriça, particularly in the municipal district of Oiapoque, where frontier tensions with French Guiana, the asfaltamento of BR-156 that ties Macapá to Oiapoque and the project of construction of the bridge on Rio Oiapoque, they demand a more detailed knowledge than it can subsidize specific public politics, as well as a critical reading concerning the geographical reality of that municipal district.

In that perspective an approach of the principal acts political, socioeconomic is accomplished and you adapt developed in the ambit of the cooperation transfronteiriça between Brasil/Amapá and França/Guiana Francesa, in the period from 1995 to 2007.

Key word: Border, territorial dynamics, public politics, integration, cooperation transfronteiriça.

SUMÁRIO

Dedicatória	v
Agradecimentos	vi
Epígrafe	vii
Lista de ilustrações	viii
Lista de siglas	ix
Resumo	x
Abstract	xi
Sumário	xii
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO E FRONTEIRA – Uma discussão conceitual	16
1.1 – Território(s) e Territorialização(ões)	16
1.2 – Fronteira	26
CAPÍTULO 2: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES	40
TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL/FRANÇA	
2.1 – O período do Contestado	40
2.2 – Do Contestado à 1994	45
2.3 – Acordo Quadro Brasil/França e seus desdobramentos	47
2.4 – Criação dos Parques Nacionais do Tumucumaque e da Guyane	51
<i>2.4.1 – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT</i>	52
<i>2.4.2 - Parc Amazonien de Guyane</i>	56
CAPÍTULO 3: DA CONTENÇÃO A ABERTURA E INTEGRAÇÃO	59
3.1 – Da contenção	59
<i>3.1.1 – O problema da migração</i>	59
<i>3.1.2 – A repressão aos brasileiros “ilegais na Guiana Francesa”</i>	61
3.2 – Da abertura e integração	63
<i>3.2.1 – Interligação rodoviária entre o Estado do Amapá e o</i>	64
<i>Departamento Ultramarino da Guiana Francesa</i>	
<i>3.2.2 – Cooperação na área de geração de energia</i>	68
<i>3.2.3 – A Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-</i>	70
<i>Americana – IIRSA e seus impactos regionais</i>	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

73

REFERÊNCIAS

75

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a fronteira internacional entre Brasil e Guiana Francesa deriva das implicações do processo de transformações sócio espaciais decorrentes da dinâmica fronteiriça na região.

Durante grande parte do século XX, praticamente toda a bibliografia no campo da geografia política e mesmo da geopolítica teve como pressuposto a existência do sistema de estados nacionais e as tensões ao qual o sistema esta submetido, de onde emergiu o interesse pelo papel dos limites e fronteiras internacionais (Ancel, 1938; Foucher, 1988; Sanchez, 1991). Atualmente, no entanto, o tema deve ser recolocado tendo em vista que,

“o crescimento das relações entre estados e o aparecimento de diversos agentes econômicos, sociais e políticos organizados de forma supra-nacional faz com que o papel das organizações em rede se tornasse primordial na análise das faixas de fronteira internacionais. São diversos tipos de rede que se sobrepõe: redes de informação, redes bancárias, redes de transações legais e ilegais e outras”. (Machado, 2002:p1).

Como reflexo desta relação entre redes transnacionais e território nacional, as Faixas de Fronteiras Internacionais tornam-se um objeto de pesquisa desafiador, principalmente no caso do Brasil/Amapá onde muito pouco se sabe sobre suas especificidades geográficas. Tendo como base a região de fronteira Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa, pretende-se aqui estudar alguns dos elementos geográficos que caracterizam a dinâmica espacial regional.

Os interesses dos governos federal e estadual (Amapá), tanto os anteriores como os atuais, em estimular maior articulação com os vizinhos guianenses torna estratégico o estudo dos elementos que compõem a dinâmica territorial transfronteiriça, particularmente no município de Oiapoque, onde tensões fronteiriças com a Guiana Francesa, o asfaltamento da BR-156 que liga Macapá à Oiapoque e o projeto de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, exigem um conhecimento mais detalhado que possa subsidiar políticas públicas específicas, bem como uma leitura crítica acerca da realidade geográfica daquele município.

O período que o presente estudo aborda vai de 1995 a 2007, sendo que os fatores determinantes da escolha são: a articulação e assinatura do Acordo Quadro entre Brasil e França em maio de 1996 ratificado pelo Decreto 2.200/97 e seus desdobramentos em direção a uma política de integração.

Por sua posição singular, o Estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa formam subespaços estruturados dentro das relações diplomáticas transfronteiriças. Nessa região estão inseridas múltiplas redes que ampliam sua capacidade relacional. Exercida ainda tacitamente, através de acordos locais, regionais e nacionais, e dinamizada por inúmeros fluxos que atravessam a fronteira, a cooperação já é um cenário real nessa fronteira. Sua institucionalização, através da iniciativa local e da criação de mecanismos administrativos e legais, poderá incrementar a sua ocorrência e gerar alternativas econômicas para as comunidades fronteiriças envolvidas.

A importância do tema para o contexto brasileiro e sul-americano pode ser ressaltada através de vários fatores: a) caracterização dos processos recentes de integração entre Amapá e Guiana Francesa; b) análise dos principais aspectos da dinâmica territorial do Amapá; c) pela migração transfronteiriça, que coloca em questão os direitos a que tem acesso os estrangeiros que vivem na fronteira, bem como as suas diferenças culturais; d) pelas perspectivas de desenvolvimento econômico-social frente a tudo que foi acima colocado.

No primeiro capítulo, são apresentadas diversas abordagens aos conceitos de território, territorialização e fronteira numa breve discussão bibliográfica. No capítulo 2, descrevemos o contexto histórico das relações transfronteiriças entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa. As relações e interrelações espaciais fronteiriças, na perspectiva da contenção e abertura e integração são discutidos no capítulo 3.

Os dados aqui apresentados e analisados foram obtidos junto a inúmeras entidades governamentais, listadas ao longo do trabalho, bem como em revisão bibliográfica, sob a coordenação da Prof. Dr^o. Gilberto Miranda Rocha.

CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO E FRONTEIRA: uma discussão conceitual

1.1 – Território(s), territorialização(ões)

Inicialmente iremos revisar alguns aspectos teóricos e metodológicos relacionados às categorias território e territorialização. Essa discussão é pertinente no sentido de compreendermos como os conceitos e discussões teóricas irão elucidar o campo temático na perspectiva de colaborar com uma multi visão dos principais aspectos que envolvem a dinâmica territorial transfronteiriça entre o Estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa.

Ultimamente a temática do território tem sido mais discutida sob a ótica estatal, ou seja, o território enquanto corpo do Estado-nação. Mas existem outras possibilidades, como a que vem sendo discutida por Haesbaert (2004), “numa perspectiva integradora e, em duas dimensões: uma material-concreta (política, econômica) e outra mais subjetiva e/ou simbólica”. Nesse sentido, o território envolve:

... sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (Haesbaert, 1997: 42).

Ao elaborar esse conceito Haesbaert (1997) leva em consideração as definições de “espaço dominado” e “espaço apropriado” de Lefebvre, para o qual “através das práticas sociais e das técnicas, o espaço natural se transforma e é dominado”. Ainda de acordo com Lefebvre, quando ocorre a “dominação do espaço natural para servir às necessidades de um grupo, este se apropria dele” (Lefebvre, (1984) 2000: 191-192). Nessa perspectiva integradora, o território responde: “...pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (Haesbaert, 2004: 78).

Haesbaert ressalta que é importante distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, ou seja, que o território seja trabalhado na

multiplicidade de suas manifestações, pois ora a dinâmica econômica é mais importante, ora a política, ora a simbólica.

Para esse autor, o território tradicionalmente tem sido discutido em três vertentes. Uma denominada de jurídico-política, em que são contempladas as relações espaço-poder em geral e também as relações espaço-poder institucionalizado. Nessa vertente, o território corresponde ao “espaço delimitado e controlado”, no qual se “exerce um determinado poder”. Outra vertente é a cultural ou simbólica-cultural, que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva” e, o território é o “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. E, por último a vertente econômica, em que o território é visto como “fonte de recursos” (Haesbaert, 2005: 40).

Um traço comum para Haesbaert nas definições de território é que ele “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (2005: 02). Neste sentido o território pode ser concebido “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2004: p. 79).

Dentre os autores que se destacam na apreensão do território a partir das relações de espaço-poder em geral e as do espaço-poder institucionalizado destacamos Claude Raffestin (1993), Robert Sack (1986), Marcelo de Souza (1995), Ratzel (Moraes, 1990), Alliès (1980) e Moraes (2000 e 2002).

Iniciamos a discussão com Claude Raffestin, autor reconhecido como o que mais se dedicou à discussão conceitual sobre território. Ele concebe o território fundamentalmente a partir das relações de poder.

A discussão de território em Raffestin (1993) é iniciada com a diferenciação entre espaço e território. O autor argumenta que o espaço é anterior ao território, isso porque o território é fruto de uma ação programada

de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço. De forma que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ este espaço” (1993: 143). Dessa forma, o espaço é a possibilidade de uso que preexiste a qualquer ação e, é através da ação humana que o mesmo se torna território. A passagem do espaço ao território acontece no campo das relações de poder. O território, para Raffestin, é visto como “a prisão que os homens constroem para si” (1993: 144).

O poder para Raffestin (1993), assim como para Foucault (1976), é parte de toda relação social, ele está em todos os lugares, não é adquirido, mas exercido, é multidimensional e “visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Raffestin destaca ainda os “trunfos do poder” que são: a população, o território e os recursos. Para ele, a população “está na origem de todo o poder”; nela “residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação”. Já o território, é um trunfo particular, “é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia” (Raffestin: 1993, 58), “... é o espaço político por excelência” (p. 60). Quanto aos recursos, eles “determinam os horizontes possíveis da ação, condicionam o alcance da ação” (p. 58).

No que se refere à territorialidade, o autor a define como o “conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores ou instrumentos” (Raffestin, 1988: 265). A territorialidade humana não é, pois, constituída só por:

...relações com territórios concretos, mas também por relações com os territórios abstratos como línguas, religiões, tecnologias, etc. Esta relação é então organizada segundo uma série de regras, comunicabilidade que está implícita na mesma relação societária (Raffestin, 1988: 266).

A territorialidade humana reflete, para Raffestin, a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade e se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que “é a face vivida da face agida do poder” (1993: 162).

Outro autor que se destaca na discussão das relações de poder no território é Robert Sack (1986), que o define a partir da territorialidade, afirmando que a mesma é definida:

... como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. E acrescenta: esta área geográfica é o território (Sack, 1986: 19).

Nessa definição de território, o autor também mostra como o espaço se torna território. Isso significa dizer que o mesmo só se torna “território quando suas fronteiras são usadas para afetar o comportamento ou para controlar o acesso” (Sack, 1986: 19). Ou ainda quando suas fronteiras são usadas por alguma autoridade para moldar, influenciar ou controlar atividades, mostrando claramente as relações do poder. Nessa perspectiva, o território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. Sack reconhece três relações que estão contidas na definição de territorialidade: a primeira indica que a territorialidade deve “envolver uma forma de classificação por área” (p. 31-32). A segunda, que a territorialidade deve conter uma “forma de comunicação que pode envolver uma marca, sinal ou uma fronteira”. Em outros termos, a fronteira territorial pode ser somente a forma simbólica ou uma afirmação sobre a posse ou a exclusão. Nesse caso a fronteira é utilizada como recurso para delimitar a posse (p. 21-22). E, na terceira relação contida na definição de territorialidade, Sack sugere que a mesma “envolve uma tentativa de controlar o acesso à área e às coisas dentro dela ou de restringir a entrada das coisas e pessoas de fora”. (p. 22).

Como podemos perceber tanto, em Raffestin, como em Sack, o território é sempre socialmente construído e mostra o caráter de quem influencia e controla o que e quem. Sack ainda ressalta que a “territorialidade não é um instinto ou impulso, mas, ao contrário disso, uma estratégia complexa para afetar, influenciar e controlar o acesso de pessoas, coisas e relações” e, que pode ser também um “comportamento espacial não-territorial” (1986: 216). Isto é, o controle do poder sobre o território pode ser exercido de um outro local.

Entre os geógrafos brasileiros que discutem território em uma relação de poder destacamos Souza (1995). Para ele, os territórios são construídos em

diversas escalas (desde a rua até as organizações internacionais) e dentro de diferentes escalas temporais, como séculos e dias. Os territórios também podem ter um caráter permanente ou móvel e uma existência periódica, cíclica. Para Souza (2005: 86) “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, é “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós e os outros” (*ibidem*).

O território, em uma perspectiva jurídico-política aparece como juridicamente institucionalizado no Estado Nacional ou Territorial. Nesse sentido, o espaço da nação é o *locus* do exercício de poder de um Estado de forma a constituir uma entidade jurídica reconhecida como tal pelo fórum internacional.

A discussão do território nessa direção tem em Ratzel o seu precursor. No final do século XIX, Ratzel colocava o estudo da formação dos territórios como “objeto da sua antropogeografia”. Então, o território era concebido como um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político do Estado de um dado âmbito espacial, configurando-se como uma característica do mundo moderno a delimitação de “áreas de dominação ‘estatal’ e, mais recentemente, ‘estatal nacional’” (Moraes, 1990). Na ótica ratzeliana, segundo Moraes, o território teria em sua “gênese um movimento de expansão e conquista de espaços” (2000: p. 19).

A identificação entre o Estado e o território forneceu o material para a elaboração do conceito de ‘espaço vital’, onde o ‘ideal nacional’ ou a ‘política nacional’ eram fenômenos que deveriam expressar, mais do que a raça e a língua comuns, um território comum. Para Ratzel, o território é, portanto, o espaço geográfico no qual se exerce o poder do Estado (Costa, 1992).

Em Ratzel vemos a importância que era dada ao território como estruturante do Estado, não sendo possível concebê-lo “sem um território e sem fronteira”. Mesmo o Estado mais simples, “não seria possível sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só poderia ser concebida junto com o território que lhe pertence” (Moraes, 1990: 73).

Já Allières (1980), trata o território enquanto formador do Estado quando analisa “L’invention du territoire” a partir da formação do Estado Nacional Francês. Para esse autor o termo território “aparece sempre ligado a possíveis definições de Estado; ele o credencia de um fator físico que parece torná-lo inevitável e eterno” (p. 9).

Allières identifica, ao longo do tempo, três escolas que discutem o território em sua relação com o Estado: a do território-objeto, a do território-sujeito e a do território-função.

Na primeira - o território como objeto do Estado -, o autor ressalta que a legitimidade do uso do território, como “elemento natural do Estado”, vem da Idade Média. Nas monarquias oriundas do feudalismo ocidental, a soberania começou mesmo por ser exclusivamente territorial, derivada do direito que o monarca tinha sobre o território, e atingindo diretamente todos aqueles que o habitavam (p. 10). Assim, o território era considerado “objeto de um direito especial de soberania, assimilável a um direito real do Estado sobre o solo nacional, distinto do poder deste sobre as pessoas”. Nesse caso, o Estado não tinha sobre o seu solo um direito de propriedade, mas um poder de dominação, a “soberania territorial” (p. 11).

O território, como sujeito do Estado ou limite de sua competência, é definido como “um elemento constitutivo do Estado enquanto sujeito jurídico”, ou como “um elemento de sua personalidade jurídica” (p. 11). Nessa perspectiva o Estado não é mais, como na anterior, uma pessoa física, com um poder de dominação territorial, mas, “... a combinação de vários elementos, como o povo e a organização jurídica, onde o território ocupa um lugar de destaque” (p. 11-12). O território é um elemento do ser e não mais do ter estatal. Ou seja, o território seria um quadro de competência sobre o solo e, conseqüentemente, as fronteiras assumiriam uma grande importância, pois fixavam o “limite para o exercício das competências estatais” (p. 13-14), seriam, portanto, a referência espacial para o exercício do poder.

Na terceira escola - o território como função do Estado - é introduzido o componente do poder em suas relações com o espaço. Isto é, o território passa a ser concebido como um “meio de ação” e, não somente “um quadro geofísico

de sua competência". Ou seja, o território é "uma circunscrição no interior da qual se exerce o poder do Estado", onde a unidade do mesmo não está mais na sua unidade física e sim na ordem jurídica, na "validade das normas" (p. 14).

Nesse sentido, o território assume: "... ao mesmo tempo o símbolo de uma proteção avançada da idéia nacional. No mesmo é possível realizar esta síntese de um solo e de uma idéia que é a própria essência da nação" (p. 15). O território é então a base, o fundamento do Estado-nação é a administração pública que o molda, já que "tem por objetivo reproduzi-lo e assegurar a sua coesão" (Alliès, 1980: 151). Fazer a unificação seja através das políticas territoriais, seja pela unificação cultural é a essência para a construção do Estado-nação. O território unificado é a segunda materialização dos limites do poder político e da institucionalização política da sociedade. Nesta perspectiva o território estatal é definido por Moraes, como:

"...uma construção militar (resultado da conquista espacial), uma construção política (área de exercício do poder), mas também uma construção econômica (suporte de estruturas e atividades produtivas e como mercado) uma construção jurídica (legitimada em fóruns internacionais), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta a identidade social com base espacial e uma psicologia coletiva)" (Moraes, 2002: p. 74-75).

No que diz respeito à territorialização, Haesbaert (2005) revisando as diversas formas através das quais a noção/conceito é proposta, elenca três possibilidades: na primeira, a territorialidade é vista "como concepção mais ampla que território, que o engloba, tanto como uma propriedade de territórios efetivamente construídos quanto como condição para a sua existência"; na segunda, a territorialidade é vista "como concepção distinta de território" em dois sentidos: "como domínio da imaterialidade" e "como domínio do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal-institucionalizado"; e, na terceira, "como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica ou da identidade territorial". (2004. 09-10). Nessa última possibilidade está implícito que não existe "território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica, seja ela negativa ou positiva, do espaço por seus habitantes" (Haesbaert, 1999: 172).

No que diz respeito à territorialização, enquanto dimensão do território, destaca-se as contribuições de Joel Bonnemaïson (2002), Joel Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), Mathias Bossé (2004) e Guy Di Méo (1998).

Partiremos da contribuição de Joel Bonnemaïson (2000, 2002), autor que privilegia o campo cultural na constituição dos territórios por ele estudados. Esse autor considera que não existe nenhum indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização. Assim não poderia haver grupos coerentes, nem de etnia e talvez nem mesmo de cultura, sem um território-portador. O que equivale dizer que há uma correspondência “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural” (p. 91). Segundo esse princípio, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos.

Nessa correspondência, a territorialidade aparece como “a expressão de um comportamento vivido que engloba ao mesmo tempo a relação com o território e, a partir dela, a relação com o estrangeiro”. Isto é, a territorialidade inclui “aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território” (Bonnemaïson, 2002: 107). O autor destaca, também, o papel da etnia e/ou grupo cultural na construção de um espaço-território, quando diz que a territorialidade:

... emana da etnia, no sentido de que ela é a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial (Bonnemaïson, 2002: p. 96-97).

Para Bonnemaïson, o território é “...um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (2002: 99) e é, ao mesmo tempo, “espaço social” e espaço cultural“ associados tanto à função social quanto à simbólica. O espaço social é produzido e o cultural, vivenciado. O social é concebido em termos de “organização e de produção”, e o cultural, em termos de “significação e relações simbólicas” (Bonnemaïson, 2002: 103).

A partir do imbricamento entre cultura, território e etnia o autor elabora o conceito de geossímbolo, “definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões sejam elas religiosas, culturais ou políticas, assume uma

dimensão simbólica que fortalece os grupos culturais em sua identidade”. O geossímbolo é, portanto, um espaço cultural que pode se tornar um território-santuário, um espaço de comunhão (Bonnemaison, 2002: p. 109).

Em Bonnemaison e Cambrèzy (1996) o território é considerado como o “lugar fundador das identidades locais e a mola secreta de sua sobrevivência” (p. 09). Nessa consideração os autores partem do princípio de que existe “uma imperiosa necessidade para toda sociedade estabelecer uma relação com os lugares” e de modo que o “poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não só materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (p. 10). O território é, portanto, um “construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (p. 14).

Outro autor que privilegia a relação entre identidade e território é Bossé (2004). Ele ao tratar da identidade evidencia a identidade *do* lugar, como também a identidade *com* o lugar. Quanto à identidade *do* lugar: Bossé (2004) afirma que é a “territorialidade que revela a identidade do lugar; pois a mesma é, ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo” (p. 173). Para ele o “lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais” (p. 166). Pois:

...cada lugar repousa sobre sua própria história e constitui o foco único, emissor e receptor de sua singularidade em um espaço de relações com outros lugares, próximos ou distantes, reais ou imaginários, assimilados ou rejeitados (p. 172).

A identidade, para Bossé (2004: 161), consiste em dois processos: o primeiro, “em designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e depois em caracterizar sua singularidade”, e, o segundo, “em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e coesão sociais”. Para ele, a identidade é uma:

...construção social e histórica do ‘próprio’ e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’, estão constante e reciprocamente engajadas ... em relações de poder, de troca ou de confrontação (Bossé, 2004: 163).

Já no que diz respeito à relação entre território e identidade, Haesbaert é elucidativo:

...a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta (1999: 172).

E acrescenta que “as identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território” (Haesbaert, 1999: 179).

Outro autor que traz uma contribuição importante para a discussão da territorialização é Di Méo (1998). Ele ressalta a importância do espaço vivido na constituição do território, enquanto “referência identitária e mediador das relações sociais”. Para esse autor, o caráter identitário tem um duplo sentido, por um lado são os “detalhes que constroem nossa memória coletiva”, isto é, o fundamento do nosso universo cultural que se encaixa nas crenças, idéias, linguagem, mas também nas referências territoriais. Por outro lado, em sentido inverso, quando o território é moldado como “representação e valor social, este recebe a marca de toda uma memória espacial [coletiva]: a memória dos gestos, dos hábitos, dos trabalhos e dos deslocamentos cotidianos” (p. 48-49). Mas, ao mesmo tempo, o autor ressalta que tanto a memória como o território, “não são realidades mortas e fixas”. Elas são construídas, re-afirmadas, re-inventadas. (p. 61-62).

É na trama de todos os dias, como fala Di Méo (1998: 48), “aquém e além do político e do econômico, que se manifestam, realizam-se, concretizam-se os mecanismos de identificação coletiva”. E esses mecanismos contribuem para a manifestação identitária em termos de pertencimento a um território. A identidade territorial visa a destacar o caráter único de um grupo e de um lugar e, longe de mergulhar unicamente suas raízes no passado, emerge antes de tudo nos desafios da atualidade e das lógicas sociais do cotidiano. Ou, como lembram Gupta e Ferguson (2000: 34), a identidade de um lugar “surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade”.

Como vimos, o território, numa perspectiva cultural, é o resultado de uma apropriação simbólica-expressiva do espaço, portador de significações e relações simbólicas. E a sua construção e/ou invenção perpassa principalmente pela dimensão histórica e pela construção do imaginário. Essa construção envolve relações de poder, como o poder de definir quem é incluído e quem é excluído, ou a escolha entre os eventos e lugares do passado capazes de fazer sentido na atualidade (Silva, 2005).

No próximo item faremos uma discussão do conceito e das concepções da fronteira no intuito de relacionar o “movimento da população” e à apropriação e dominação do espaço na conformação/produção de dinâmicas territoriais no Estado do Amapá e na Guiana Francesa.

1.2 – Fronteira

O tema das fronteiras é uma das preocupações mais recorrentes na tradição da Geografia Política. Esse interesse tem-se renovado nas últimas décadas a partir das transformações políticas do mundo; como o fim da Guerra Fria e o surgimento de novos Estados-nações no leste europeu; os conflitos étnicos dentro de alguns Estados; as formas de organização em rede, que possibilitam a redefinição de espaços de transações econômicas não ‘coincidentes’ com o espaço territorial dos Estados-nações. Assim como a consolidação e formação de blocos econômicos supranacionais a partir dos quais se difunde o discurso do fim das fronteiras para a circulação de bens e serviços.

Nessa perspectiva a discussão acerca da fronteira entre o Estado do Amapá e da Guiana Francesa, perpassa pela caracterização geopolítica e estratégica de duas regiões consideradas periferias dentro de suas nações e que no período abordado pela presente pesquisa buscam uma maior integração visando um desenvolvimento territorial compatível com as potencialidades locais estabelecidas.

Em linhas gerais a fronteira se refere a uma linha divisória – concreta ou imaginária – entre algo que conhecemos e que, em certo sentido, nos pertence e algo que desconhecemos. É, na origem, um termo de divisão que designa um

limite de domínio. No que diz respeito às fronteiras políticas estas possuem além das “funções estratégicas ou geo-militares (defensiva/ofensiva) e diplomáticas, a de servirem como barreira alfandegária, migratória ou sanitária” (Foucher, 1991: 39). A fronteira é considerada também como a zona da interação de “cidadãos fronteiriços” que, além de ser com frequência bilíngüe, se beneficia do ambiente multi-cultural característico de uma zona transfronteiriça. Nos mais variados aspectos, lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputa. Esta zona transfronteiriça é formada em alguns pontos por cidades gêmeas, como é o Caso de Oiapoque-(Amapá)/Saint Georges (Guiana Francesa).

Embora a fronteira possa ser esta zona transfronteiriça, de interpenetração mútua, nesta zona as estruturas sócio-política e culturais são distintas, pois cada lado de uma fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas diferenciadas, ou seja, do outro lado tem outra lei.

Os estudos sobre a fronteira na Geografia, segundo Zusman (2000), têm se debruçado em duas tendências: uma dedicada à questão da definição dos limites internacionais e, outra, à discussão em torno do avanço da fronteira econômica. No primeiro caso a fronteira é o limite que separa/une Estados-nações ou a zona de interação entre estes. Já no que diz respeito ao segundo caso, a fronteira refere-se à ocupação de territórios que o próprio Estado-nação não tinha chegado a controlar por estar submetido a lógicas de organização político territorial pré-existentes, ou por não estarem integrados a economia de mercado. Essas áreas não dominadas pelos Estados-nações ou não integrados à economia de mercado eram consideradas até pouco tempo como “espaços vazios”, “terras livres”.

A fronteira pode ser vista como “a divisão entre áreas habitadas e desabitadas dentro de um Estado-nação”. Elas são denominadas por Reboratti (1990) como “fronteiras de assentamento”, as quais carregam um forte etnocentrismo e culturalismo, pois significam a separação entre nós (o civilizado) e os outros os não civilizados (p. 03). A fronteira traz implícitos conflitos, confrontos, pois é o lugar da alteridade e, como diz Martins, o “lugar

do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses pobres, de outro”. Todavia, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um “lugar de descoberta do outro e de desencontros”. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo, mas o desencontro de “... temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (Martins, 1997: 150-151).

A fronteira também pode ser considerada como um dos componentes dos processos de unificação territorial, pois ela é “um procedimento de unificação/separação, um meio essencial de organização do Estado, um atributo do poder político” (Alliès, 1980: 35-36). É o resultado de uma construção como divisor de soberania, de defesa do território do Estado-nacional, limite das leis do Estado para proteção/punição de seus cidadãos. É também uma descontinuidade geopolítica que possui uma função real de limitação da soberania, uma função simbólica de designar o pertencimento a uma comunidade e, uma função imaginária que conota uma relação com o outro, o vizinho, com sua própria história e seus mitos fundadores. A fronteira é, portando, o traço definidor de poderes territorialmente instituídos, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados, mas, também é uma zona de interação.

No caso das fronteiras internacionais, a raiz da discussão é encontrada em Ratzel. Para ele, a fronteira era o invólucro do Estado dentro do qual o mesmo se desenvolvia. Nesse sentido, a fronteira retratava apenas um momento do desenvolvimento do Estado e, podia ser alterada, já que era encarada como a “pele” dilatável do corpo territorial do Estado (Moraes, 1990). Constatamos essas afirmativas quando estudamos as várias re-definições da fronteira entre Brasil e França, principalmente entre os séculos XVIII e XIX, motivadas principalmente pela configuração geopolítica européia à época.

Na literatura que trata da fronteira política há um consenso de que é com o advento do Estado moderno que a fronteira linear, precisamente delimitada e demarcada, vai tornar-se imprescindível na formação do Estado. Para impor-se

o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial. Na formação dos Estados-nações a temática da fronteira passou a constituir-se em uma das dimensões da 'invenção' do território estatal, uma vez que eles ergueram-se sobre a delimitação 'precisa' da base territorial e da imposição de uma ordem jurídica e política homogênea. Os aspectos teóricos acima descritos dão conta de boa parte das disputas por território em a França e o Brasil, por um pedaço do hoje Estado do Amapá, área que ficou conhecida com "Contestado".

Para Allières (1980) que, como vimos, discute a "invenção do território" enquanto formador do Estado nacional, a fronteira permitiria (nesse sentido) uma separação interna/externa dos territórios e mostraria um território interior ao poder. A origem da fronteira, para ele, está no território, ou seja, a fronteira seria um meio de referência que limita o espaço de ocupação pelo grupo e que, mesmo antes de se conceber a fronteira moderna, "os grupos étnicos primitivos tinham sido repartidos segundo as possibilidades e as proibições da natureza" (p. 30).

A emergência do Estado-nação, também é uma invenção recente, estabelece uma interação, ideológica, entre território e nação (nação no sentido de sociedade civil que, se pensa como origem da soberania política). Com o Estado-nação, o território torna-se patrimônio coletivo, a defesa da sua integridade um dever do Estado. É, portanto, um retorno ao militar, garantia da função simbólica – o "sagrado" - das fronteiras nacionais (Foucher, 1991: 87). Aqui se vê representada concretamente a viabilidade da interação entre o pertencimento nacional e o pertencimento territorial. As disputas tanto no campo da diplomacia quanto no campo geoestratégico que se deram na área de estudo de nossa pesquisa, vem confirmar as afirmações de Foucher.

Para Foucher¹ (1991) é no período entre os séculos XIV e XV que surge a palavra fronteira, derivada do latim 'front', na maioria das línguas européias. O front, termo da arquitetura, no sentido de fachada, é também o front de uma "tropa que se coloca em batalha para combater, para fazer fronteira" (p. 77).

¹ Michel Foucher (1986 e 1991) reconstrói a trajetória do conceito de fronteira política desde a antiguidade até as fronteiras das ex-colônias na África e na América Latina, mostrando a diversidade dos traçados fronteiriços e os principais argumentos utilizados em cada caso e em cada período.

Como se vê, o emprego do termo foi inicialmente militar. Já a palavra não foi originalmente aplicada a uma linha e sim a uma área, a uma zona.

Para Escolar (2002), antes da Revolução Francesa em 1789, a única referência jurídica que permitia a identificação coletiva e uma estrutura estatal geograficamente delimitada “era a pessoa física do monarca, que exercia a propriedade do território envolvido e a soberania régia sobre o conjunto de seus súditos”. Nesse sentido as fronteiras dos domínios reais não suscitavam problemas, já “que eram delimitações geográficas de patrimônios dinásticos dentro de complicadas tramas de estruturas de linhagens” (p. 85).

Como vimos o modelo de fronteira linear é recente e, para Foucher (1991), é uma “invenção dos cartógrafos”. Ela data do final do século XVIII e início do XIX, resulta da evolução: da noção sagrada na antiguidade, zona na Idade Média e, por último, linha-limite.

Foucher (1991), referindo-se à técnica que possibilitou a linearidade das fronteiras, diz que as mesmas quase não existiam antes do aparecimento dos mapas topográficos, exceto em alguns casos excepcionais, onde um curso de água, por exemplo, servia de limite tradicional entre duas províncias ou dois Estados. Raffestin (1993) corrobora essa posição quando afirma que, durante muito tempo “as fronteiras foram mal definidas, raramente bem delimitadas e (...) ainda menos demarcadas”. Tratava-se da chamada fronteira zonal que caracterizou o período medieval e que diz respeito muito mais a uma zona de defesa do que a um traçado linear.

Colocando lado a lado limites e fronteiras e apontando que em todas as fases de nossa vida nos deparamos com estas noções, Raffestin (1993) nos diz que o “limite é um sinal, ou (...) um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada”. Nesse caso, a fronteira se torna um sinal quando o Estado atinge um controle territorial “absoluto” e torna unívoca a mensagem “fronteira = limite sagrado”. Ela justifica territorialmente as relações de poder (p. 165).

Na literatura sobre as fronteiras políticas encontram-se várias tipologias para diferenciar os invólucros fronteiraços. Mas, o que parece um traço comum

a todas as classificações - naturais, artificiais, boas, más, lineares, zonais, arbitrárias, convencionais - é o intuito de determinar a superioridade de um determinado traçado sobre outros. Uma vez que as fronteiras são construções políticas, sociais e discursivas, os seus traçados refletem as conveniências e/ou as correlações de forças e interesses (Steiman, 2002). Pois, como chama a atenção Raffestin (1993), os “limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários”.

A doutrina das fronteiras naturais foi inicialmente utilizada no final do século XVIII num sentido mais político e filosófico, em referência à noção de "direito natural" (noção construída em oposição à doutrina do poder do direito divino). As fronteiras "naturais" da França, que seriam colocadas sobre os limites topo-hidrográficos escolhidos, entre outros, definia um espaço sobre o qual "os representantes dos povos franceses estimavam que o povo francês tinha direito natural". Esta noção, oriunda do direito romano, está presente também no princípio da República una e indivisível, substituindo o princípio do direito divino (Foucher, 1991: 94). O debate que surgiu entre franceses e alemães sobre a soberania francesa na Alsácia e no vale do Reno (que seria a ‘fronteira natural’ francesa), deu margem ao aparecimento do conceito de fronteira baseado no princípio de que a base territorial do Estado deveria ser lingüística ou racial, posição essa defendida pelos alemães no século XIX. A fronteira passava a ser defendida pelo princípio da nacionalidade, pela autodeterminação dos povos. Esta nova doutrina de fronteira-limite, vinculada à identidade nacional foi uma reação alemã à doutrina das fronteiras naturais dos franceses (Magnoli, 1997).

Nos textos dos juristas, como nos discursos dos estrategistas, uma fronteira seria natural quando seu “traçado é apoiado sobre uma configuração física linear, fluvial, divisor de água”. Ao passo que artificial seria a fronteira definida por “linhas retas, pelas coordenadas geográficas, sem que seu traçado seguisse um limite ‘natural’”, como por exemplo, as linhas de Tordesilhas.

As fronteiras ‘naturais’ são opostas às ditas ‘artificiais’, nas quais se constata a ausência de referências físicas. Mas, por definição, “todas as fronteiras são artificiais, porque quem as traçou escolheu dentre os vários

aspectos naturais o que melhor cumprisse a função de limite” (Foucher, 1991: 41-42). Nesse sentido as “fronteiras naturais poderiam também ser chamadas de fronteiras estratégicas” (Aron apud Magnoli, 1997: 41). Contudo, as “barreiras” naturais, como os rios não representam fronteira, ao contrário, são vias de comunicação e de integração, aspecto que não passou despercebido quando Portugal e Espanha delimitaram as fronteiras das suas colônias na América. O Tratado de Madri de 1750 traçou o limite político tendo por referência os “lugares de comunicação”, ou seja, em pontos estratégicos do ponto de vista da rede fluvial, que eram também o das fortificações pombalinas (Machado, 2000).

As fronteiras naturais são, portanto, as que coincidem com um acidente geográfico relevante. Para Allières trata-se de “descobrir os marcos fixos no espaço e sobre o terreno que alicercem o caráter intocável dos limites” (1980: 31). Já Magnoli, referindo-se a Aron, diz que: “a ideologia das fronteiras naturais serve para justificar uma fronteira, quando não se dispõe de argumento melhor” (1997: 41).

Já no que diz respeito à qualidade de uma fronteira, Foucher (1991) alerta que não há uma boa ou má fronteira, discordando ainda da idéia de que fronteira boa é fronteira morta. Na sua acepção “a principal qualidade de uma fronteira está no fato de esta ser reconhecida como legítima por ambos os lados” (p. 43).

Outro debate recorrente sobre as fronteiras refere-se à distinção entre uma linha-(limite) e uma zona. A fronteira como zona representa um espaço de interação, uma paisagem específica, composta pelos fluxos de interações transfronteiriços. Relativamente a essa questão Machado (2000) estabelece a diferenciação dizendo que o limite encontra-se na esfera do domínio da alta política ou da alta diplomacia; já as fronteiras-(zonas) pertencem ao domínio do povo. Pois, enquanto o “limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial”, ou seja, “um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas”, a fronteira é o “lugar de comunicação e de troca” (p. 09-10).

Como vimos, a formação dos Estados nacionais consolidou para o termo fronteira um significado de linha imaginária de contato entre países. Mas, a partir da experiência da ocupação dos “espaços vazios” na América do Norte, a fronteira ganhou um sentido próprio para designar a zona móvel de assentamento ou colonização no limite das áreas “desconhecidas”, “não desbravadas” ou, “selvagens”. Nesse sentido a palavra fronteira passa a designar a zona de contato entre uma região onde vigoravam os padrões de ocupação considerados “civilizados” e a região ainda a ser incorporada (Silva, 2001). Esta interpretação encontra em Frederick Jackson Turner a sua fonte de interpretação.

No artigo, O Significado da Fronteira na História Americana², Turner, discute o movimento de expansão da fronteira para o oeste americano, onde a mesma significava uma linha entre a terra povoada e a terra livre ou, ainda, o “ponto de contato entre o civilizado e o selvagem” (Knauss³, 2004: 24). A tese de Turner, segundo Zusman (2000), foi a que mais repercutiu entre historiadores e geógrafos que trataram da ocupação das terras livres⁴ nos Estados do continente americano. Turner foi bem sucedido por ter deduzido do ‘espírito da fronteira’ uma identidade nacional americana; daí ter contribuído “para fortalecer o sentimento dos americanos de fazerem parte de uma sociedade única, ao mesmo tempo em que fornecia uma explicação sobre o que era ser americano” (Silva, 2001: 142). Portanto, a ocupação dos “espaços vazios” serviu como imaginário geográfico do mito fundador da nacionalidade americana.

Para Turner, o processo do avanço da fronteira norte-americana cumpriu funções políticas e identitárias que a diferenciava da velha Europa. O mesmo apresenta a expansão para o oeste como o elemento chave da democratização da sociedade americana; já que a “existência de terras abertas à expansão e à conquista”, enquanto terras de oportunidades, permitiu sua ocupação por grupos sociais diferenciados, seja do ponto de vista da procedência étnica, seja

² Conferência de Turner no Congresso de Historiadores da American Historical Association em 1893 como parte das comemorações do descobrimento do Novo Mundo.

³ Paulo Knauss organizou o livro “Oeste Americano” no qual estão publicados os “Quatro Ensaio da História dos EUA” de Frederick Jackson Turner.

⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre as Terras Livres nas colônias ver a Tese de Lúcia Maria Osório da Silva (2001), na qual a autora discute como se deu a desconsideração da existência de qualquer direito dos índios aos territórios que ocupavam.

do ponto de vista econômico. A fronteira contribuiu para a constituição de uma nova forma de pertencimento coletivo (Knauss, 2004: 12).

A região do 'Oeste americano' era, para Turner, uma espécie de sociedade antes que uma área. Era o "termo aplicado à região cujas condições sociais resultaram de combinações de instituições e idéias antigas com a influência transformadora da terra livre" (Knauss, 2004: 55). Isto deixa claro em que medida a fronteira em Turner tem um enfoque situacional, pois enquanto a visão genética considerava o Novo Mundo quase como se fosse uma folha em branco onde são impressos os valores transoceânicos, aqui, o "Novo Mundo, através de suas terras livres, possui influências transformadoras sobre eles" (Wegner, 2000: 90).

A identidade norte-americana, reconhecida por Turner, foi gerada, conjuntamente por novas oportunidades oferecidas pelas terras livres e pelo constante reencontro com a natureza e o mundo 'primitivo'. A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural, formando uma nação nova e tornando-se tipicamente americano. Ou seja, na fronteira o "pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação" (Wegner, 2000: 98-99).

Para Wegner (2000), um dos pontos mais discutidos em torno da tese de Turner, é o que se refere às terras livres como uma 'válvula de escape'. Elas teriam o "papel de desafogar os centros mais industrializados, evitando, assim, o acirramento de conflitos sociais e econômicos" (p.99). Turner viu a fronteira "não como coerciva, mas como emancipadora, libertando os pioneiros das pressões da tradição e permitindo a eles experimentar práticas e instituições melhor adequadas às suas necessidades" (p. 110-111).

A fronteira em Sérgio Buarque de Holanda ou a longa história do processo de conquista e ocupação do oeste brasileiro se distingue em três momentos: o primeiro em que o adventício, diante de um ambiente hostil, se adapta ao índio; o segundo ocorre quando o adventício conjuga elementos de

sua tradição européia com os inventos indígenas e o terceiro quando ocorre o amálgama do legado europeu sobre novas bases, daí surge o brasileiro.

Sérgio Buarque concorda com a tese de Turner quando discute os ‘movimentos da população’ a partir da idéia de ‘válvula de segurança’ em conformidade com os movimentos da população da América do Norte. Isso em função da existência de terras livres para as quais os habitantes de núcleos ‘saturados’ pudessem se deslocar. Todavia, alerta para o fato que a conquista do oeste brasileiro não se deu nos moldes da América do Norte. Um dos pontos de discordância relativamente a Turner diz respeito à plasticidade dos portugueses que “mais do que nenhum outro povo da Europa, (...) cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso” (Wegner, 2000: 126). O que conduzirá a uma fronteira mais fluida do que no caso norte-americano, onde predominou a concepção segundo a qual o desconhecido a ser conquistado deveria ser transformado. Já entre os portugueses o que estava além da fronteira poderia vir a ser desfrutado (Holanda, 2005).

No paralelo que Holanda (2005) estabelece com a tese de Turner, a adaptação no Brasil é algo mais radical que no oeste americano, tanto em função das características do legado ibérico e da plasticidade do português, quanto relativamente ao fato de que a empresa bandeirante se realizou muito mais lentamente que a conquista dos pioneiros americanos. Isso se justifica, principalmente pela diferença dos recursos técnicos utilizados nos dois casos.

Já as obras de Otávio Velho (1979), José de Souza Martins (1975) e Berta Becker (1982) aparecem no contexto da expansão da fronteira econômica (a partir de 1970) para a Amazônia, momento em que há um ressurgimento das teses de Turner, no que diz respeito à ocupação dos ‘espaços vazios’ como ‘válvula de escape’ para as tensões no Nordeste e no Centro-Sul do país.

No caso da Amazônia, essa ocupação significava ocupar os espaços de baixa densidade demográfica. Assim o Estado brasileiro começa a colocar em prática a construção das chamadas redes técnicas para atrair investidores para

a região (Machado, 1992), além de ancorar-se na perspectiva da consolidação da soberania nacional. Vale ressaltar que a exploração dos ‘espaços vazios’ significava a inserção da Amazônia na economia de mercado.

Nesse contexto insere-se a obra de Otávio Velho que buscava compreender o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sua relação com a existência de uma “fronteira em movimento”. A discussão desse autor sobre fronteira tem em Turner a maior referência. Contudo, ele procurará a todo instante afirmar que cada caso é único, não se podendo analisar o Brasil exclusivamente com aquele referencial. Já Martins (1975), ao criticar a noção de zona pioneira de Leo Waibel e Pierre Monbeig, propõe ao invés de zona pioneira, frente e dentro desta, uma outra distinção: a ‘frente pioneira’ e a ‘frente de expansão’. Martins recusa a idéia de zona pioneira pelo fato dela trazer embutida uma concepção dualista da realidade, pois supõe contrapor o moderno e o tradicional.

Para Martins (1975) a ‘frente pioneira’ é vista como um “empreendimento econômico, em que a terra é comprada e não ocupada”; ela reflete o movimento cujo resultado é a incorporação de novas áreas à economia de mercado. É uma fronteira econômica que, no caso brasileiro, não coincide com a fronteira demográfica, que costuma estar mais avançada. Entre uma e outra constitui-se uma faixa que não é uma frente pioneira, dado que não está voltada prioritariamente para o mercado; é uma área híbrida nem de economia natural nem de mercado, mas uma mistura das duas, o que Martins chama de “economia de excedente”. Essa zona é denominada como “frente de expansão”, integrando-se na formação capitalista por meio da absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica. O que caracteriza a “frente de expansão é justamente o uso privado das terras devolutas, enquanto estas não assumem a equivalência de mercadoria” (p. 45-46).

Martins (1997) considera a fronteira como sendo “essencialmente o lugar da alteridade” e de conflitos. O autor também chama a atenção para o “desencontro de temporalidades” que se encontra na fronteira. Para ele, a situação de fronteira só deixariam de existir quando o conflito desaparecesse,

quando os “tempos se fundissem, pois, para muitos, fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não-humano, o natural, o animal” (p. 162); quando a “alteridade original e mortal” desse lugar à “alteridade política”, quando o outro se tornasse a parte “antagônica do nós”. A fronteira desapareceria quando a História passasse a ser a nossa História, “a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou” (p. 151).

O enfoque sociológico de Martins (1975) buscou descobrir quais as relações sociais responsáveis pela singularidade do sistema social na zona pioneira. Visto que, segundo ele autor, a centralidade da reflexão apenas na ocupação territorial e na mudança da paisagem não explica que:

... as relações sociais e singulares que articulam a vida social na zona pioneira não são, por seu turno “pioneiras”. Em outros termos, as relações sociais que definem a sociedade não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são relações sociais necessárias à sua implantação. (...) o “novo”, que é uma das dimensões do conceito de zona pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social (Martins, 1975, 44-45).

A fronteira em Martins é o *locus* para o estabelecimento de uma população pobre, a mão-de-obra excedente. Ela funciona como uma “válvula de escape” para os camponeses que buscam melhorar o padrão de vida através do acesso a terra. Essa fronteira caracteriza-se pelo encontro de temporalidades históricas distintas de cada grupo social com seus diferentes modos de participação. A presença de diferentes grupos sociais coloca a situação do conflito não só pela luta pela terra, mas também pelo choque entre os diferentes grupos. Esse seria um elemento importante na definição e apreensão do conteúdo da fronteira (Martins, 1997).

Ainda na década de 70 uma outra discussão sobre o avanço da fronteira econômica para a Amazônia é encontrada no livro, *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*, da geógrafa Berta Becker (1982). A autora, a partir da teoria centro-periferia analisa o papel da região amazônica na estrutura espacial do país. A região aparece como um espaço não plenamente estruturado e, por isso como uma “fronteira de recursos” de “novas

oportunidades”. Berta Becker (2004) na introdução do livro *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio* faz uma avaliação da utilização do conceito de fronteira para explicar a Amazônia e conclui que ele permanece válido. Porém há um novo componente – ela não é mais apenas uma fronteira móvel -, já que neste milênio a geopolítica “...não mais atua na conquista de territórios, mas sim na apropriação da decisão sobre o seu uso” (p. 21). Em nível global, segundo Becker, a Amazônia é “uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta” (p. 21).

Nessa concepção de fronteira para a Amazônia estão implícitos diversos interesses, desde os ambientais, os economistas e os geopolíticos, expressos, segundo a autora, respectivamente num “processo de mercantilização da natureza e da apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território”. Em nível nacional também coexistem diversos interesses; pois para a Amazônia ainda é atribuída a “condição de fronteira de recursos, isto é, área de expansão do povoamento e da economia nacional, que deve garantir a soberania do Brasil sobre esse imenso território” (p. 21). Nesse jogo de interesses é conferido à Amazônia o “significado de fronteira de uso científico-tecnológico da natureza” (p. 33).

CAPÍTULO 2: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL/FRANÇA

2.1 – O período do Contestado

A fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa possui uma linha limite que percorre cerca de 427 km por rios e mais 303 km por divisor de águas (Montanhas do Tumucumaque), envolvendo pelo lado brasileiro o Estado do Amapá.

Essa fronteira desde a chegada dos europeus no continente sulamericano foi caracterizada por disputas territoriais que se desenvolveram ao longo dos séculos XVI e XVII, sendo que somente no início do XVIII foi firmado pelos Governos de Portugal e da França em 1713 o Tratado de Utrecht, que estabelecia várias cláusulas relativas aos limites da Guiana Francesa. Para Araújo (1945), após inúmeros debates travados acerca das delimitações fronteiriças pelos representantes dos países envolvidos, mediados pela Inglaterra, a França cede em favor de Portugal em troca de outras compensações na Europa, o direito às terras compreendidas entre o Rio Oiapoque ou Vicente Pinson, ficando assim redigido o art. 8º do Tratado de Utrecht:

“A fim de prevenir toda ocasião de discórdia que poderia haver entre os vassalos da Coroa de França e os da Coroa de Portugal, Sua Magestade Cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes e mais autênticos, e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo Norte, e situadas entre o Rio Amazonas e o de Japoc, ou Vicente Pinzón, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Magestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros, como todos os direitos e soberania, poder absoluto e inteiro domínio, como parte de seus estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que Sua Magestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Magestade Cristianíssima, seus descendentes, sucessores e herdeiros (Barão do Rio Branco, Vol. III, pág. 170, 1945)”.

Estabelecia ainda o tratado, que a França desistia de qualquer pretensão à navegação no Amazonas e às terras nas suas duas margens, e que os habitantes de Caiena ficavam proibidos de comerciar na foz do

Amazonas ou no Maranhão, ou comprar escravos nas Terras do Cabo do Norte, e os portugueses de comerciar em Caiena.

Figura 1: Mapa histórico



De L'Isle, 1716;

o geógrafo do rei de Luís XV fazia o Amazonas infletir a norte perto da foz, mas assinalava pays noyez, terras inundadas, o equivalente às costas anegadas de Pinzón

Fonte: Sarney e Costa, 2004

Após esse período começa a mudar a natureza da presença portuguesa na Amazônia. Já não se tratava mais de explorar e defender um domínio amplo e desconhecido, mas de “fixar o homem à terra”, de ocupar permanentemente a região. Esta transformação marcaria o século XVIII.

Fato importante aconteceu em 1750, quando Portugal assinou com Espanha um tratado longamente negociado pelo Brasileiro Alexandre de Gusmão. Este acordo estabelecia basicamente dois princípios: o Tratado de Tordesilhas era inválido; e prevaleceria o princípio do *uti possidetis*, isto é, da prevalência da ocupação.

Porém a disputa por esta parte do território brasileiro ainda permanecia. Com a invasão de Portugal pela Espanha provocada por Napoleão Bonaparte, é fixado em 1802 a divisa fronteira no Rio Araguari, decisão essa que não contou com a participação de Portugal ou do Brasil.

Com a invasão do território de Portugal por tropas francesas, em 1807, obrigou a Corte portuguesa trasladar-se para o Rio de Janeiro. Como resposta a esse ato, organizou-se uma expedição militar no Pará, denominada “Corpo de Vanguarda dos Voluntários Paraenses” visando a conquista da Guiana Francesa, fato concretizado no início de 1809.

Com a queda do Império napoleônico, concluiu-se o Tratado de Paris, pelo qual Portugal se obrigou a restituir à França o território da Guiana Francesa até o rio Oiapoque, fato esse efetivado em 1817.

Com a independência do Brasil recomeçaram os conflitos de jurisdição entre as autoridades dos dois países. Em 1836, o Governo francês, aproveitando-se das dificuldades com que lutava o Brasil na repressão da guerra civil dos “Cabanos”, no Pará, e sob o pretexto de preservar os seus nacionais do contato com os insurretos brasileiros, ordenou o estabelecimento de um posto militar no lago Amapá, que permaneceu por lá até 1840.

A proclamação da República no Brasil em 1889 interrompeu as negociações em que mais uma vez estavam empenhados os dois Governos para o reconhecimento e exploração das terras do Contestado.

A partir de 1894 com a descoberta de ouro nas cabeceiras do rio Calçoene, aumenta o conflito pela posse do território contestado, uma vez que milhares de aventureiros ali se estabeleceram. Com o objetivo de salvaguardar a população brasileira ameaçada pelas sucessivas ondas e migração das Guianas, das Antilhas e até dos Estados Unidos e da Inglaterra, constituiu-se um governo local brasileiro incumbido de zelar os interesses e defender os direitos dos brasileiros denominado Triunvirato. As autoridades de Caiena, por seu lado, delegaram poderes na mesma região ao Sr. Trajano, antigo escravo fugido, natural do Pará, que se refugiara no Contestado e que exercia uma certa ascendência sobre os seus companheiros. Da disputa exercida pelos dois poderes constituídos Triunvirato X Trajano surge um confronto armado em 1895 no município do Amapá que termina com a morte de vários soldados franceses e do Capitão Lunier, seu comandante e com violentas represálias exercidas pelos franceses sobre a população brasileira.

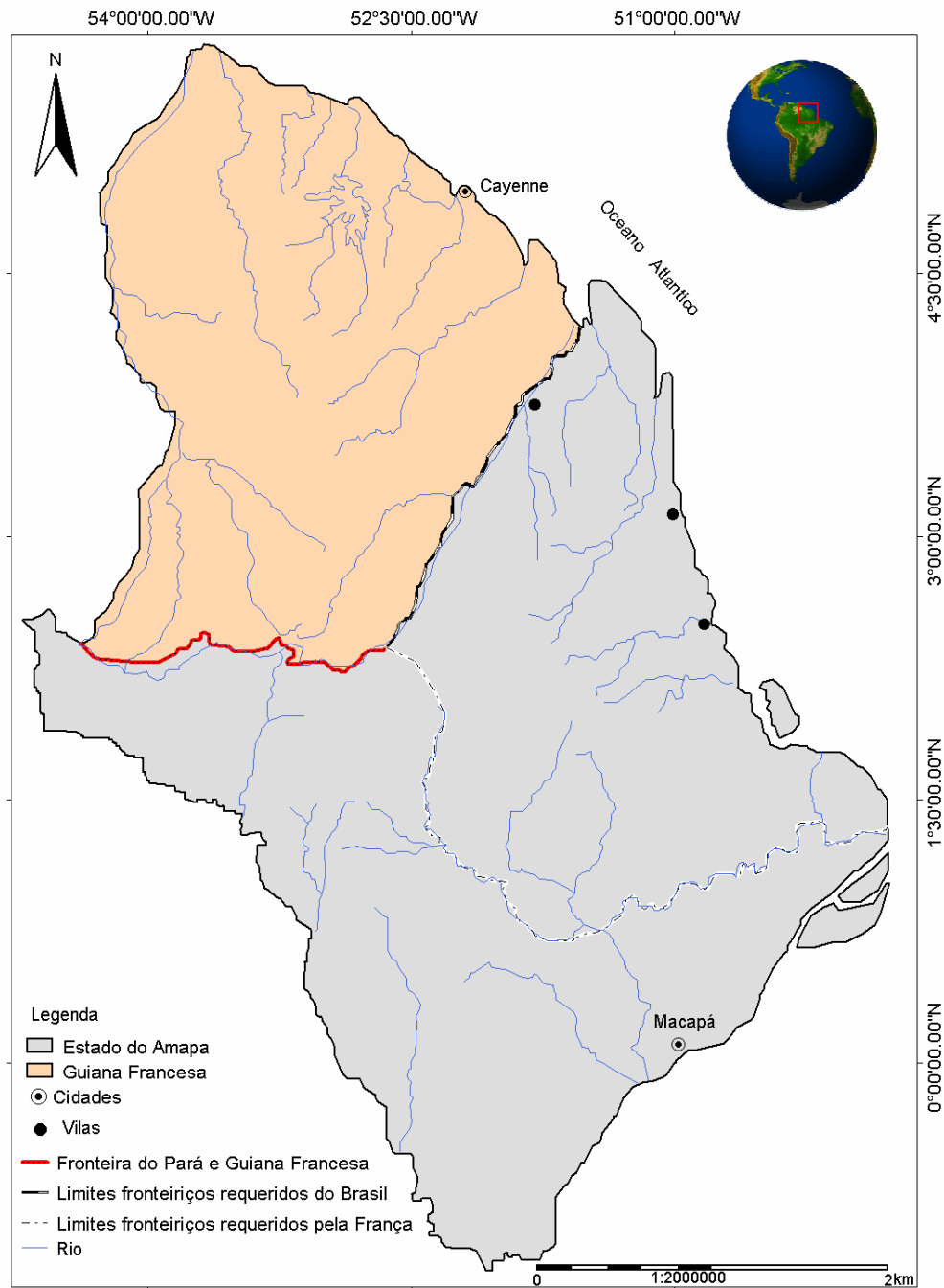
Depois de quase duzentos anos de entendimentos improfícuos, os Governos do Brasil e da França aproximaram-se mais uma vez com o propósito de liquidar definitivamente a questão de limites, através do juízo arbitral. A idéia do arbitramento surgiu pela primeira vez em 1890 durante às negociações em Paris pelo Ministro Barão de Itajubá, do Governo Republicano do Brasil.

Na fase final da questão, em que os dois Governos enveredaram definitivamente pelo caminho da arbitragem, o Barão de Rio Branco desenvolveu um papel fundamental, facilitando inclusive as negociações que deram origem ao Compromisso Arbitral em 1897.

Em sentença proferida no dia 1º de dezembro de 1900 reconhece-se o direito do Brasil ao limite do território marítimo, declarando que o rio “Japoc ou Vicente Pinson” do Tratado de Utrecht é o rio Oiapoque que se lança no Oceano Atlântico ao Oeste do cabo de Orange e que o talvegue deste rio ficaria constituindo definitivamente a primeira parte da fronteira entre Brasil e a Guiana Francesa. No tocante aos limites interiores ficou estabelecido a linha do divisor das águas dos montes Tumucumaque.

A sentença arbitral representava, assim, a consagração plena do direito do Brasil: não só restituiu de forma integral o território contestado entre os rios Oiapoque e Araguari, como impediu a França o ambicionado acesso ao Amazonas, impedindo-a de estender-se por este rio a dentro, paralelamente à sua margem esquerda, até ao rio Branco.

MAPA 1: Área Contestada pela França e Brasil (1713-1900)



Fonte: Organização do Autor

2.2 – Do Contestado a 1994

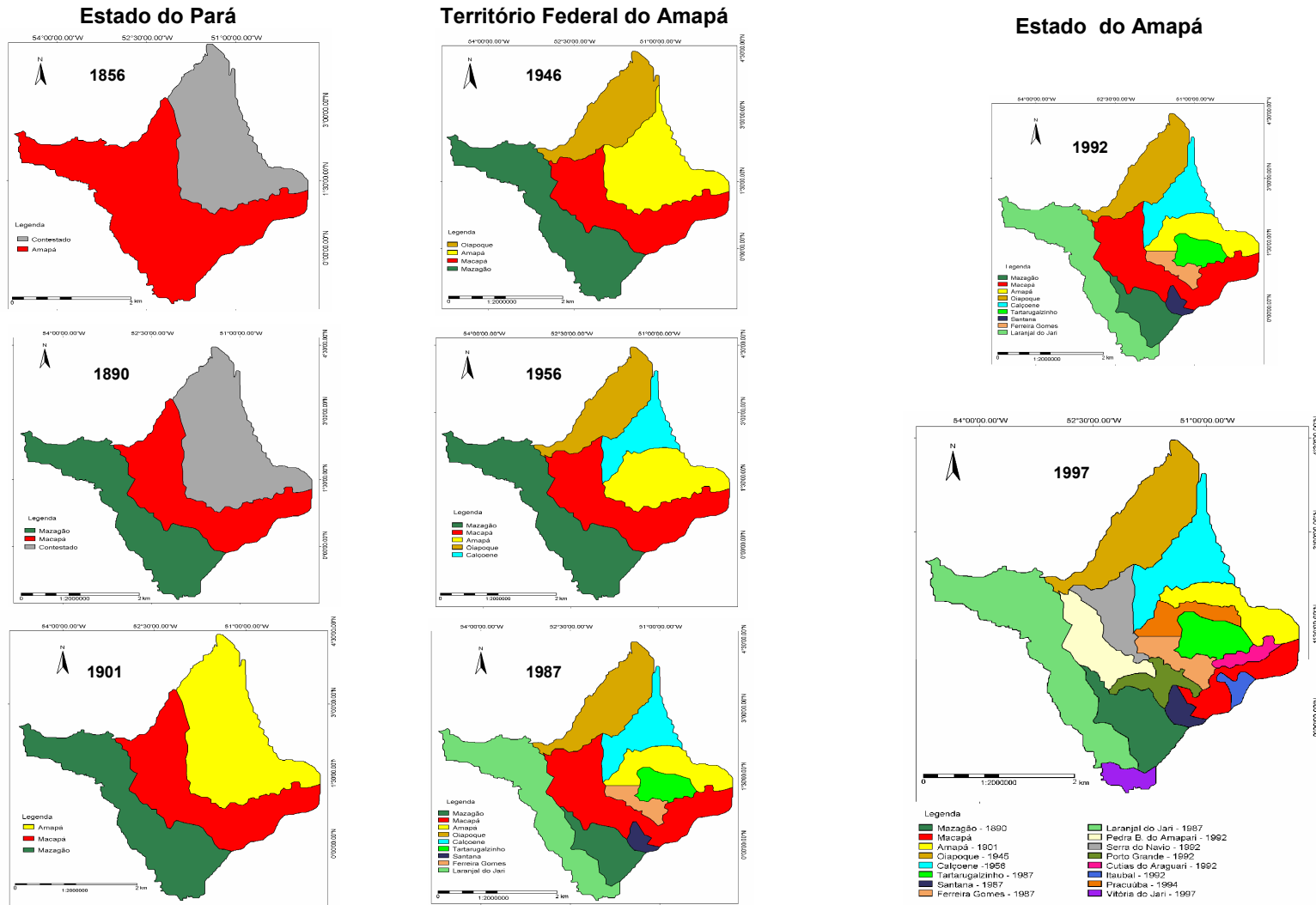
O fato de restarem franceses e seus descendentes no antigo Contestado, agora parte do território nacional, constituía-se em perigo constante para a soberania brasileira na área. Com a intenção de exercer um controle maior sobre essas terras foi criado em 1901 o município de Amapá, com sede na Vila de Amapá.

A ocupação do solo amapaense sempre esteve vinculada à exploração de suas riquezas minerais. Com a queda da produção aurífera, o interesse pela região abrandou e as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela estagnação socioeconômica amapaense.

Só em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá, no final da ditadura Vargas, o processo de povoamento foi retomado, desta vez de forma programada, por meio do estabelecimento de núcleos de pequenos agricultores e da implantação de estruturas administrativas locais. O objetivo do ato foi de caráter geopolítico e estratégico, com vistas a concretizar a soberania nacional em área de conflitos recorrentes. Em 1945 é criado o Município de Oiapoque, constituído por terras desmembradas do de Amapá. Em 1956 o Município de Calçoene foi criado, também, em terras desmembradas das de Amapá. Em 1987 foram criados os municípios de Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jarí.

Finalmente, após a promulgação da Constituição Federal, são criados em 1992, por consulta plebiscitária os municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Porto Grande, Itaubal do Pírim e Pracuúba, conforme demonstrado no mapa abaixo:

MAPA 2: Evolução política do Estado do Amapá



Fonte: Adaptado de IEPA/ZEE, 2002

Paralelamente à criação de municípios no Território Federal e posteriormente no Estado do Amapá, destacamos a importância para o crescimento populacional e dinâmica sócio-econômica, a implantação dos projetos de exploração de manganês pela ICOMI (1953) e pela construção da Hidrelétrica Coaracy Nunes no Rio Araguari em (1975).

Com relação à fronteira Amapá/Guiana Francesa, somente em 1955 tiveram início os trabalhos de natureza técnico-geográficos de demarcação dos limites entre ambos, que terminaram em 1962 com a implantação de 7 marcos ao longo da fronteira terrestre, no divisor de águas, que corre pela serra de Tumucumaque. Naquela ocasião ficou também acertado que o rio Keriniutu é o formador principal do rio Oiapoque, razão pela qual foi, em sua nascente principal, assentado o último dos 7 marcos da linha seca.

Descendo o limite pelo talvegue dos rios Keriniutu e Oiapoque, ficou acertado o limite terrestre e fluvial entre o Amapá e a Guiana Francesa até a foz deste último rio na baía de Oiapoque. Faltava o acordo para a localização do talvegue ao longo desta baía e o seu prolongamento, numa perpendicular à linha de fechamento, para caracterizar a delimitação marítima entre os dois países.

Como decorrência das negociações que se realizaram em Paris em 1979 e em Brasília em 1981, foi possível definir do talvegue ao longo da baía de Oiapoque, assim como a linha de delimitação marítima, acertada pelo Tratado de Paris de 30 de janeiro de 1981.

2.3 – Acordo Quadro Brasil/França e seus desdobramentos

Para que possamos compreender esse novo período de relações transfronteiriças vividos pelo Brasil, França, Amapá e Guiana Francesa, é necessário retomarmos alguns fatos políticos importantes que contribuíram na efetivação de um conjunto de ações vinculadas à diplomacia e determinações governamentais.

Inicialmente destacamos a importância das eleições de 1994, especialmente a eleição do novo Governo do Estado do Amapá. Nesse pleito saiu vitorioso o projeto político denominado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA, então conduzido pelo candidato e posteriormente Governador do Estado do Amapá, João Alberto Rodrigues Capiberibe, conhecido como CAPI. Nascia aí um novo pensamento político que conduziria os destinos desse pequeno estado brasileiro nos próximos 7 anos e três meses.

O PDSA, como ficou conhecido, tinha como objetivo central a implementação de uma nova proposta política para o Amapá e para a Amazônia, já em sua apresentação destaca-se:

“A decisão política sobre o tipo de desenvolvimento que a sociedade brasileira quer para a Amazônia precisa ser tomada. O modelo de hoje é resultado de um somatório desconectado de iniciativas resultantes da transferência de conflitos sociais de outras regiões do país; da busca de resultados econômicos de curtíssimo prazo; da desvalorização das potencialidades naturais; da omissão na aplicação de tecnologias adequadas. Mais do que apontar para o que não queremos, o momento é oportuno para delinear um modelo propositivo, integrado, coerente e afinado com o que a Amazônia apresenta de mais valioso: seu potencial de riquezas naturais, sua inserção estratégica no cenário internacional, a diversidade biológica de seus ecossistemas e a peculiar identidade cultural de sua sociedade. Somar a sabedoria local com os avanços científicos disponíveis para encontrar um caminho próprio para a região é o desafio que queremos escolher para trilhar nas próximas décadas” (Amapá, 1995, p. 4).

O compromisso assumido pelo então Governo do Amapá direcionava para a *promoção do desenvolvimento baseado na equidade dos direitos sociais, na ordenação do uso e ocupação do espaço e na racionalização do aproveitamento dos recursos naturais (Amapá, 1995, p. 12).*

O então modelo proposto foi formulado tendo como referência seis diretrizes principais: “a valorização das vantagens comparativas do Amapá; a sustentabilidade da economia; a busca da equidade social; a utilização de parcerias na implementação de projetos; a descentralização das atividades e a municipalização das ações governamentais”.

Dentre as diretrizes principais apresentadas no PDSA, destacamos para melhor compreensão da nossa problemática a “valorização das vantagens comparativas do Amapá”, que diz:

“O novo modelo para o Amapá deve valorizar as vantagens comparativas que o Estado apresenta frente a outras regiões da Amazônia e do País.

... o Estado apresenta uma posição estratégica em relação as demais unidades federativas que pode viabilizar, do ponto de vista do trânsito flúvio-marinho, a implantação e consolidação de atividades comerciais de mercado interno e externo.

A proximidade com muitos dos principais centros internacionais de desenvolvimento, realçada pela franquia da navegabilidade atlântica, permite ao Amapá projetar uma dinamização comercial baseada no incentivo à importação e exportação de produtos considerados vitais para a economia regional. A vizinhança com a meso-américa, em especial com a área caribenha, fortalece a política atual de consolidação de novas parcerias comerciais e intensificação da articulação de mercados regionais.

O Amapá não tem ligação rodoviária com o restante do país, fator que favoreceu seu estado de conservação, e deve aproveitar esta condição peculiar para definir um novo modelo econômico antes que seus recursos sejam degradados. Neste sentido, o relativo isolamento constitui uma vantagem comparativa, mesmo que temporária” (Amapá, 1995, p. 13 e 14).

Como se observa a nova administração do Governo do Amapá sinaliza para uma inversão de prioridades nas relações comerciais e políticas, orientando seu desenvolvimento rumo a um projeto que priorizaria a busca de parcerias internacionais, notadamente os países do Platô das Guianas, América Central e da Europa.

Já em 1995, o Governador do Estado vai a Caiena pela primeira vez em missão oficial para estabelecer laços de cooperação com a Guiana Francesa. Após essa visita as relações são iniciadas entre as duas regiões fronteiriças.

Segundo a Agência de Desenvolvimento do Amapá – ADAP, em fevereiro de 1996, O Governador do Estado realizou uma missão oficial na Europa (França, Alemanha, Portugal) onde encontrou os responsáveis dos Ministérios, do setor privado e das Organizações não Governamentais, para promover as potencialidades do Estado. Foi no decorrer dessa missão na França que o governador mostrou às autoridades francesas, a importância da integração do Amapá com a Guiana Francesa. Essa viagem sensibilizou o Governo Francês, que convidou o governador a participar da viagem oficial do

Presidente Fernando Henrique Cardoso à França, realizada em maio de 1996. Nessa oportunidade, o Governador encontrou-se com os Presidente da França, Jacques Chirac e do Brasil, e mostrou-lhes a necessidade da cooperação regional entre o Brasil e a França. Nesse evento, foi assinado o acordo-quadro entre o Brasil e a França, no qual o Amapá reivindicou a inserção de um artigo que possibilitasse a participação das coletividades locais fronteiriças dos dois países, conseguindo introduzir o Artigo 6º no referido acordo, que garantiu a possibilidade de cooperação entre as áreas de fronteira (Amapá/Guiana Francesa). Esse foi um fato político importante que permitiu a implementação da cooperação regional.

Após o estabelecimento do Acordo Quadro entre Brasil/França, sucederam-se diversas rodadas de negociações, passando a contar a partir de então com a presença das representações do Governo do Amapá e do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. Nesse cenário, destaca-se o “Primeiro Encontro Transfronteiriço em Saint-Georges na Guiana Francesa (julho de 1996); as primeiras Consultas Transfronteiriças em Brasília-DF (setembro de 1997) e a reunião da Comissão Franco-brasileira técnica-científica e cultural em Paris (novembro de 1997), no qual o Estado do Amapá e a Guiana Francesa aparecem pela primeira vez como integrante da cooperação. Abaixo produzimos quadro demonstrativo das principais ações de cooperação desenvolvidas no período de 1995 a 2007.

QUADRO 1: Demonstrativo das principais ações de cooperação desenvolvidas

ANO	Principais ações desenvolvidas
1995	Missão oficial de visita do Governo do Amapá à Caiena/Guiana Francesa
1996	Missão oficial do Governador do Amapá na Europa (França, Alemanha, Portugal) com objetivo de promover potencialidades do Estado do Amapá
	Assinatura do Acordo-Quadro de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa
	1º Encontro transfronteiriço em Saint Georges na Guiana Francesa
1997	Aprovação no Congresso Nacional e promulgação do Decreto 2.200/97 que ratifica o Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa
	Realização das primeiras consultas transfronteiriças em Brasília e da Reunião da Comissão Franco-brasileira científica, técnica e cultural em Paris, na qual o Estado do Amapá aparece pela primeira vez como integrante da cooperação.
1998	Reunião da Comissão Franco-brasileira científica, técnica e cultural, visando permitir ao governo do estado do Amapá manter e intensificar as ações de cooperação com a França e Guiana francesa.
1999	Missão oficial do Governador do Amapá à Europa (França, Bélgica e Inglaterra), com objetivo de intensificar a cooperação transfronteiriça
2001	Celebração do acordo de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque
2005	Promulgação do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o projeto de construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque
2006	Autorização da Assembléia Nacional Francesa para a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque
	Visita oficial do Presidente da França, Jacques Chirac ao Brasil. Em discurso oficial mencionou a importância da construção da ponte sobre o Rio Oiapoque.
2007	Promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá

Fonte: Relatórios GEA/ADAP, BRASIL/MRE, 2007.
Organização do Autor

2.4 – Criação dos Parques do Tumucumaque e da Guyane

A decisão política de criação de novas unidades de conservação, tanto no Estado do Amapá quanto no Departamento Ultramarino da Guiana francesa, remonta do período pós Rio – 92, onde os países participantes assinaram diversos acordos visando à proteção e conservação da biodiversidade global. Dentre os principais acordos, destacamos a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, em que vários países, entre eles o Brasil e a França, se comprometeram dentre outros em “tratar a diversidade biológica em toda a sua amplitude” (Brasil/MMA, 1998).

Porém, vale ressaltar que a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e do Parc amazonien de Guyane, foram bastante distintas, especificamente no que se refere ao envolvimento das comunidades locais na discussão, elaboração, implementação e gestão dessas unidades de conservação.

2.4.1 – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – PNMT

Inicialmente a criação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque em agosto de 2002 foi precedido de algumas discussões técnicas sobre a implantação dessa unidade de conservação, das quais destacamos a que resultou no Primeiro Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica em 1998 em Cuiabá-MT e o “Seminário de consulta para avaliação e identificação de ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira” em 1999 em Macapá-AP, ambos projetos do Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO) do Ministério do Meio Ambiente, tendo como coordenação um consórcio formado pelo Instituto Sócio Ambiental-ISA, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-IMAZON, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM, Grupo de Trabalho Amazônico-GTA, Conservation International do Brasil-CI e Instituto Sociedade População e Natureza-ISPAN, todas essas instituições de caráter nacional e internacional.

O Brasil, como um dos países signatários da Convenção sobre a Biodiversidade (1992) e mais recentemente da Rio +10, vêm realizando ações previstas nesta convenção por meio de um sistema de áreas protegidas intitulado Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que visa preservar in situ (quando o estoque é preservado mediante a proteção do ecossistema onde o organismo encontra seu meio natural), amostras representativas das cinco grandes áreas ecossistêmicas brasileiras: Floresta Amazônica, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica, formando assim um imenso corredor de biodiversidade.

A proposta de criação do Parque foi elaborada pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no início de 2002, e foi discutida em três audiências públicas, realizadas em junho nos municípios amapaenses de Laranjal do Jari, Serra do Navio e Oiapoque, que cederão parte de suas áreas para a criação da unidade de conservação. Os municípios de Pedra Branca do Amapari e Calçoene também cederam parte de seus territórios para a criação do Parque, porém não foram ouvidos quando das “audiências públicas”.

O prazo de apenas seis meses para a discussão do projeto de criação do Parque junto às instituições públicas, privadas e da sociedade civil foi criticado, considerado muito reduzido, tanto por representantes da sociedade civil, quanto por integrantes do governo do Amapá. "Se tivéssemos mais tempo, poderíamos ter realizado uma pesquisa mais aprofundada para determinar se aquela era a melhor área para se implantar o parque e se não seria mais apropriado criar outro tipo de unidade de conservação, como uma reserva da biosfera ou até mesmo um mosaico de UCs", explicou Antônio Farias, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amapá à época (www.isa.org).

Quando da criação do PNMT O Governo do Amapá, e algumas entidades da sociedade civil local se opuseram ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que afirmou: *"Crio o parque assim mesmo, porque tenho a força da persuasão. E se não a tiver, tenho poder"*.

Embora a área do parque não tenha muitos problemas fundiários, a oposição de empresários ligados ao setor de mineração e dos prefeitos ocorreu em função de uma provável imobilização do território. A área prevista para a unidade de conservação envolve cerca de 27% do território do Amapá, que somados aos 4,4 milhões de hectares que o Estado do Amapá já cedeu para fins de preservação: áreas indígenas, parques e reservas biológicas e estações ecológicas, totalizaram 58% de todo o território amapaense na época de sua criação.

Como podemos perceber o momento inicial de criação do PNMT foi recheado de críticas e indagações acerca da sua efetividade sócio-ambiental e

econômica, bem como das questões que envolvem a segurança e a soberania nacional. Passados seis anos de sua criação, o que temos de concreto são os relatórios de expedições realizadas em parte da área do Parque, sob a coordenação do Ibama, algumas etapas de elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação e a criação de um Conselho Consultivo do Parque, muito pouco para seis anos e uma boa quantidade de recursos aportados.

Atualmente o Amapá possui 17 unidades de conservação, totalizando 64,80 %, e 04 Terras Indígenas 4,25 % do território amapaense, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Demonstrativo das Unidades de Conservação e Áreas Indígenas do Amapá

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS NO AMAPÁ					
Nº	Categoria de manejo	Denominação/Ano de criação	Responsável	Área estadual (há)	% estadual
GOVERNO FEDERAL – PROTEÇÃO INTEGRAL					
1	Estação Ecológica	Jari – 1982	IBAMA	92.858,00	0,6502
1	Estação Ecológica	Maracá-Jipioca – 1981	IBAMA	60.521,55	0,4238
1	Parque Nacional	do Cabo Orange – 1980	IBAMA	660.235,85	4,6230
1	Parque Nacional	Montanhas do Tumucumaque – 2002	IBAMA	3.847.949,00	26,9437
1	Reserva Biológica	do Lago Piratuba - 1980	IBAMA	394.222,86	2,7604
5				5.055.787,26	35,4011
GOVERNO FEDERAL - USO SUSTENTÁVEL					
1	Floresta Nacional	do Amapá – 1989	IBAMA	461.864,27	3,2340
1	Reserva extrativista	do Rio Cajari - 1990	IBAMA	504.773,26	3,5345
2				966.637,53	6,7685
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO PARTICULAR - RPPN					
1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Retiro Boa Esperança – 1998	IBAMA	43,01	0,0003
1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Reserva Retiro Paraíso – 1997	IBAMA	46,75	0,0003
1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Lote Urbano – Revecon – 1998	IBAMA	17,10	0,0001
1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Seringal Triunfo – 1998	IBAMA	9.996,16	0,0700
1	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Aldeia Ekinox - 2000	IBAMA	10,87	0,0001
5				10.113,89	0,0708
GOVERNO ESTADUAL - PROTEÇÃO INTEGRAL					
1	Reserva Biológica	do Parazinho - 1985	SEMA	700,00	0,0049
1				700,00	0,0049
GOVERNO ESTADUAL - USO SUSTENTÁVEL					
1	Área de Proteção Ambiental	da Fazendinha – 2004	SEMA	136,59	0,0010
1	Área de Proteção Ambiental	do Curiaú – 1998	SEMA	21.676,00	0,1518
1	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Rio Iratapuru – 1997	SEMA	806.184,00	5,6450
1	Floresta Estadual	do Amapá - 2006	SEMA	2.396.400,00	16,7798
4				3.224.397	22.5776
TERRAS INDÍGENAS					
1	Terra Indígena	Waiãpi – 1996	FUNAI	607.000,00	4,2503
1	Terra Indígena	Uaçá – 1991	FUNAI	410.164,00	2,8720
1	Terra Indígena	Galibi – 1992	FUNAI	6.689,00	0,0468
1	Terra Indígena	Juminã - 1992	FUNAI	41.601,00	0,2913
4				1.065.454	4,2503
TOTAIS				6.037.528,531	69,05

Fonte: Organização do Autor

2.4.2 - Parc Amazonien de Guyane

O parque amazônico da Guiana criado em 2007, com uma superfície de 3.390.000 hectares, é constituído “de um coração de parque” (coer de parc) de 2.030.000 hectares de florestas primárias de um valor ecológico excepcional, onde residem cinco comunidades (comunhas) com mais 7.000 habitantes.

A criação deste parque nacional, após treze anos de estudos, foi retomada em 2002 pelo Presidente da República da França, quando da Cimeira da terra de Johannesburg (Rio + 10). Segundo informações do Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Durável e do Ordenamento do Território francês, o parque responde à uma dupla responsabilidade da França: ecológica e ética (www.developpement-durable.gouv.fr/, 2007). A floresta guianesa, único maciço tropical amazônico da União Européia, é composta por rica biodiversidade onde vivem comunidades de habitantes que tiram tradicionalmente os seus meios de subsistência da floresta. O parque amazônico, cujo nome foi inscrito na lei de 14 de Abril de 2006 relativa aos parques nacionais, aos parques naturais marinhos e os parques naturais regionais franceses, visam:

- * proteger a longo prazo esta parte importante da floresta primária guianesa bem como os meios raros, como savanas e inselbergs e os montes florestais acima de 500 m de altitude, caracterizados por um grande endemismo;

- * desenvolver o conhecimento científico atualmente muito parcial sobre estas riquezas únicas ao mundo;

- * proteger as fontes dos rios da Guiana;

- * permitir às comunidades de habitantes que tiram tradicionalmente os seus meios de subsistência da floresta para manter e valorizar as suas culturas sob os seus aspectos materiais e imateriais, garantir a perenidade das suas práticas de subsistência preservando ao mesmo tempo os recursos naturais que exploram; associar as autoridades usuais à gestão do território;

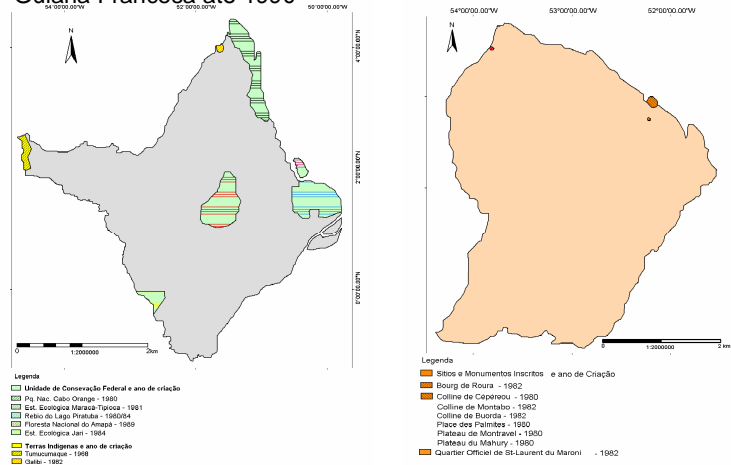
* favorecer mais largamente o desenvolvimento econômico e social das comunas e a Guiana contribuindo ativamente para encontrar os modos de desenvolvimento adaptado e para explorar as oportunidades que pode oferecer nomeadamente o turismo duradouro.

Ainda segundo aquele Ministério francês *“o território que tem vocação a constituir “a área de adesão” será um espaço de desenvolvimento duradouro, cujas orientações sejam estudadas com as comunas e que figure na carta do parque”*. O parque amazônico da Guiana, fronteiro ao parque do Tumucumaque, *“reforçará a dinâmica de cooperação no domínio das áreas protegidas entre a Guiana e o Brasil. Estes dois parques formarão uma das mais vastas zonas terrestres protegidas do mundo”*.

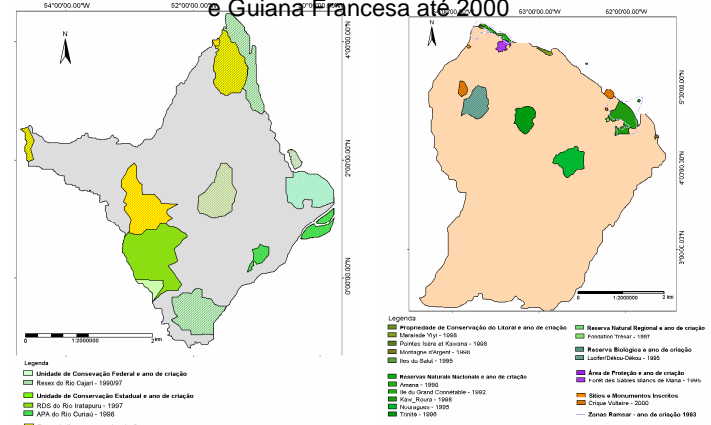
Como percebemos existe uma diferenciação nos diferentes aspectos que envolveram a criação do Parc Amazonien de Guyane e do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Enquanto do lado francês existiu um amplo processo de participação das comunidades locais envolvidas, do lado brasileiro as discussões restringiram-se em fóruns governamentais e não-governamentais de grande porte (ONG's internacionais), fato esse que contribuiu para uma não internalização da importância dessa unidade de conservação para o desenvolvimento futuro do Estado do Amapá.

MAPA 3: Evolução da criação de Unidades de Conservação e Áreas Indígenas no Amapá e Guiana Francesa

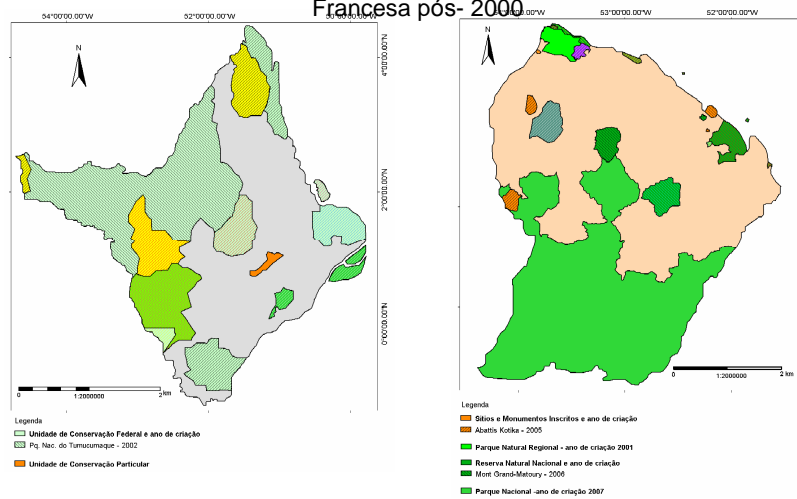
Unidades de Conservação e Áreas Indígenas criadas no Amapá e Guiana Francesa até 1990



Unidades de Conservação e Áreas Indígenas criadas no Amapá e Guiana Francesa até 2000



Unidades de conservação e Áreas Indígenas criadas no Amapá e na Guiana Francesa pós- 2000



Fonte: Adaptado de SEMA, 2002 e DIREN, 2007

CAPÍTULO 3: DA CONTENÇÃO A ABERTURA E INTEGRAÇÃO

3.1 – Da contenção

3.1.1 – O problema da migração

Como foi abordado no capítulo anterior, são históricos os conflitos entre Brasil e França pela posse das terras hoje pertencentes ao Amapá/Brasil, nessa perspectiva iniciamos a discussão acerca das alternâncias de períodos de emigração de brasileiros para a Guiana Francesa e os principais motivos de abertura e contenção das fronteiras.

Para Arouck (2000, p. 73) “uma análise do tipo histórico-estrutural cuja ênfase recai mais nos países de acolhimento do que nos de origem da migração internacional poderia justificar algumas das razões da saída de brasileiros para o exterior e em especial para a Guiana Francesa”. Mas temos que admitir que não existe na Guiana Francesa qualquer programa oficial do governo da França para atração de brasileiros ou da mão-de-obra brasileira para aquele território.

Segundo a revista *Veja* (julho 1996) “se a mão-de-obra escasseia, fecham os dois olhos. Quando não falta mão-de-obra, fecham a porteira”. Assim, a saga dos emigrados brasileiros para aquele território ora ganha uma conotação positiva ora é severamente reprimida dependendo dos interesses do momento.

Constata-se desta forma, a existência na Guiana Francesa de uma política não oficial do tipo sazonal que funciona aos interesses e conveniências das autoridades locais, mas nunca um projeto de atração oficial da mão-de-obra brasileira que se encontra disponível e com custos baixos bem ao lado da linha demarcadora da fronteira, especialmente das cidades de Oiapoque, Macapá e Belém.

Segundo Arouck (2000);

“o trânsito de brasileiros para a Guiana francesa tem por causa a emergência de dois fenômenos sociais : do lado do país de origem,

justificada pelas más condições macroeconômicas que se apresentaram no Brasil a partir dos anos oitenta, a chamada década perdida, e do lado francês, a ampliação do projeto aéreo espacial europeu na Guiana Francesa, marco econômico importante para o desenvolvimento da atividade de serviços naquele departamento de ultra-mar”.

Outra característica básica da migração internacional, e que a diferencia da expansão de fronteira, é a construção paulatina de redes sociais de migração. Este fenômeno se inicia pela implantação de núcleos pioneiros de brasileiros no exterior que, após a sua estabilização e adaptação social no país de destino, arregimentam parentes e amigos próximos (Sales 1999).

De fato a imigração tem sido o maior problema enfrentado quando se fala em cooperação transfronteiriça entre Amapá/Guiana Francesa. No início das negociações em busca de uma maior aproximação das duas regiões, houve muita resistência, principalmente pelo lado guianense, conforme podemos observar em Editorial do jornal Chronicle:

EDITORIAL (traduzido por Biron, 1997)
A estrada do Amapá (abril de 1997)

“Ontem, os dois jornais nacionais publicaram reportagens sobre a uma proposta do Dr. João Alberto Rodrigues Capiberibe, Governador do Estado do Amapá no Brasil, para ligar a capital de seu Estado com as três Guianas. A proposta acarretaria a construção de partes de uma estrada de 2.000 KM que iria da capital do Amapá, Macapá, para Caiena, capital da Guiana Francesa, em seguida para o Suriname e de lá para Georgetown, percorrendo a mesma distância entre Lethem e Georgetown.

Segundo o Governador, essa ligação rodoviária teria diversas vantagens, isto é, ela serviria ao Amapá, que possui carência de acesso ao resto do Brasil, e fortaleceria o comércio e o turismo naquela região.

Seu Estado, disse ele, encontra-se isolado, pois possui apenas uma rodovia principal, que percorre 600 KM de Macapá até a fronteira com a Guiana Francesa.

O Governador foi citado no “*Chronicle*” dizendo que todas as pessoas do governo guianense com quem ele falou se mostraram favoráveis à idéia, e que as nações envolvidas apresentariam essa proposta na **Cúpula das Américas**, a realizar-se no Chile dia 19 de abril. Também foi proposto que as nações envolvidas deveriam contactar organismos multilaterais, tais como Banco Mundial ou BID, visando financiamento para o projeto.

Para um governo que tem sido tão lento em relação a outros assuntos, o que se questiona é o porque da precipitação inconveniente nesta ocasião. **A cúpula das Américas** acontecerá dentro de apenas duas semanas, e não é o momento para se pensar nas desvantagens deste projeto, e nem de avaliar o que este país (ou as outras duas Guianas, neste contexto) tem a ganhar com este esquema, e se compensaria realmente o risco. Considerando que os riscos não são pequenos. No momento não há nenhuma ligação

rodoviária com o Brasil realmente eficiente em funcionamento, e além disso já tivemos a terrível experiência de lidar com as incursões de garimpeiros brasileiros no interior de nosso país. Com uma ligação rodoviária relativamente eficiente, certamente não poderíamos enfrentar o grande número de pessoas que inundariam o interior do nosso país.

Certamente não teríamos como estimar o número de brasileiros com quem estaríamos lidando. Se esta ligação tem como intenção conectar os dois estados brasileiros do Amapá e de Roraima, o que parece ser o caso, deveríamos nos preparar para um tráfego intenso. Com o passar do tempo, as três Guianas não mais seriam que províncias de um vizinho bem mais potente.

Eventualmente, é evidente que, temos que estabelecer ligações rodoviárias com os países vizinhos. No entanto somos fracos, subdesenvolvidos e com baixa densidade demográfica; o governo não tem desenvolvido nenhuma política de fronteira, e a que existe no interior ainda é frágil; não foi formada nenhuma comissão para avaliar o impacto do investimento nesta rodovia; os índios que habitam o interior do país não foram consultados; nenhum programa de desenvolvimento para áreas como o **Rupununi** foi idealizado; não foi feita nenhuma verdadeira reflexão sobre os benefícios de longo e curto prazo em relação as desvantagens; não existe nenhum plano de monitoramento para tal rodovia e por isso não deveríamos nos precipitar em relação a um projeto deste tipo.

No início do Governo houve críticas devido as indecisões. No entanto, este é um exemplo, em que uma pequena indecisão não seria um erro. Os agrados dos brasileiros devem ser ignorados por enquanto, até que o Governo tenha feito seu dever de casa inteiramente. Fazer algo menos, não seria meramente amadorismo, seria também irresponsabilidade”.

Apesar dos esforços envidados na direção de uma integração regional, percebe-se um movimento de contenção migratória pelas autoridades guianenses nos últimos anos.

3.1.2 – A repressão aos brasileiros “ilegais na Guiana Francesa”

O que se percebe é que nos últimos anos a França tem dificultado a entrada de brasileiros em seu território via Guiana Francesa. Atualmente é necessário visto de permanência emitido pelo Consulado Francês para que brasileiros possam transitar naquele departamento, o que não acontece em relação a França continental.

Segundo diversas matérias publicadas em jornais de Macapá e em reportagens nacionais (Rede Globo e Record), cerca de vinte brasileiros são deportados por dia da Guiana Francesa para Macapá ou Belém.

Outra situação que vem se agravando nos últimos anos é a repressão que garimpeiros e pescadores sofrem ao serem abordados pelos diversos aparelhos militares na Guiana Francesa. Para acabar com a garimpagem clandestina, a Guiana vem realizando desde 2002 as operações Anaconda. Só no ano 2005, a *gendarmérie* (polícia francesa) destruiu algo em torno de 20 milhões de euros em motores, pequenos barcos, combustíveis, alimentação, entre outros materiais (Folha do Amapá, 24/11/2006). Recentemente (outubro de 2006) a polícia francesa apreendeu e destruiu 60 embarcações brasileiras, que encontravam-se em rios guianenses.

Também existem relatos de pescadores do município de Vigia-PA, que tiveram suas embarcações queimadas e foram deportados pela polícia marítima da Guiana Francesa, sob a alegação de estarem pescando em águas francesas. Os prejuízos segundo o relato de uma companhia de pesca de Vigia, chegou a mais de 600 mil reais somente de uma embarcação destruída.

Em visita a Guiana Francesa o Presidente da França Nicolas Sarkozy (La Tribune – France, 12/02/2008), reiterou a necessidade de acabar com os garimpos clandestinos naquele Departamento, uma vez que além dos prejuízos financeiros, o meio ambiente é atingido por ação do mercúrio e técnicas de lixiviação dos solos nos garimpos. Sarkozy, na mesma data citada anteriormente, em encontro com o Presidente Lula na Cidade de Saint George, reivindicou a realização de operações conjuntas entre Guiana Francesa e Brasil visando o combate aos garimpos ilegais, tráfico de drogas, prostituição, e outras ilegalidades.

Segundo o jornal francês *Le Monde*, um dos mais importantes da Europa, os brasileiros são “caçados” pela imigração francesa: “Chegam em levadas, em busca do ouro ou bicos, para alimentar as famílias no Brasil. São expulsos, mas voltam, ameaçados por doenças e morte por bala perdida ou golpe de facão”. O também jornal francês *Libération* publicou que as empresas que empregam trabalhadores ilegais serão obrigadas a bancar a expulsão dos brasileiros.

Como percebemos, são nítidos os entraves na efetivação da integração entre os dois países, seja pela morosidade das relações diplomáticas, seja pela desconfiança com os franceses/guianenses vêm a aproximação com os brasileiros.

3.2 – Da abertura e integração

A princípio destacamos o período de 1995 a 2002, como sendo o mais frutífero na consecução das políticas regionais de cooperação entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa. Como já foi demonstrado anteriormente, partiu do Governo do Amapá, gestão Capiberibe, o início das interlocuções visando o desenvolvimento da cooperação transfronteiriça.

Conforme avaliação do Governo do Estado do Amapá - GEA, quando da 1ª Reunião Franco-Brasileira Sobre Cooperação Transfronteiriça: propostas para a cooperação Amapá-Guiana Francesa (GEA, 1997), destacamos o discurso introdutório da referida reunião:

“...hoje vivemos um período marcado pela globalização e pela integração sul-americana. Esse movimento deve favorecer a formação de um pólo econômico regional guianense, incluindo a Guiana Francesa, o Suriname, a República da Guiana e a Venezuela. Apesar do pequeno porte dos mercados vizinhos, a dimensão econômica e populacional do Amapá é compatível com a desses países. Tanto mais que o Amapá encontra-se em uma situação peculiar: os seus seiscentos quilômetros de fronteira terrestre comum com a Guiana Francesa, nos confins da Amazônia, separam o Mercosul da União Européia. Como explorar as vantagens que essa situação inusitada nos oferece? - **Este é o desafio, este é o objetivo da 1ª Reunião Franco-Brasileira sobre Cooperação Transfronteiriça**”.

Estavam lançadas as bases políticas para uma integração regional ampla, que contemplava seis áreas temáticas prioritárias, a saber: pesquisas e desenvolvimento tecnológico; energia e transporte; desenvolvimento econômico (turismo, pesca, comércio, agricultura); meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saúde; educação, cultura e esportes.

Com a assinatura do Acordo-Quadro de cooperação entre BRASIL-FRANÇA (1996), bem como o memorando de entendimento na área de turismo entre os países, criou-se um ambiente diplomático favorável à intensificação da

cooperação transfronteiriça. Entretanto, a perspectiva de integração regional requeria um considerável esforço por parte do Estado e da União na construção de infra-estruturas, notadamente transportes e energia.

3.2.1 – Interligação rodoviária entre o Estado do Amapá e o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa.

A principal estratégia desenvolvida pelo governo do Amapá no período de 1995 a 2002 relacionada à integração do Brasil via Estado do Amapá com os países que compõem o Platô das Guianas (Guiana Francesa, Suriname e Guiana) foi a interligação rodoviária desses países.

Inicialmente as discussões se deram entre Governo do Amapá e da Guiana Francesa ainda em 1995, conforme abordagem anterior. Efetivamente foi no ano de 1997 com o encontro dos presidentes da França, Jacques Chirac e do Brasil Fernando Henrique Cardoso na cidade de Saint Georges – GF, onde se comprometeram a asfaltar a estrada entre Macapá e Oiapoque (BR-156) e a estrada entre Reginá-Saint Georges, trecho esse sem estrada trafegável à época. O objetivo maior era romper com os obstáculos de infraestrutura de rodoviária, para permitir a circulação na rodovia Transguianense (Brasil/Amapá/Roraima – Guiana Francesa – Suriname - Guiana).

No esforço para concretização dessa integração fez se necessário, articulações diplomáticas com os presidentes do Suriname e Guiana visando a Reunião da Cúpula das Américas em 1997, onde a estratégia era estabelecer uma pauta específica de integração do Platô das Guianas através da Rodovia Transguianense.

De concreto o que se percebeu posteriormente foi uma maior articulação entre Brasil e França. O trecho do lado guianense entre Reginá e Saint Georges foi pavimentado (2001), do lado brasileiro as obras continuam, porém em um ritmo mais lento, restando ainda um trecho de cerca de 200 quilômetros. Contudo já é visível o aumento do tráfego de veículos guianenses no território brasileiro, fato que não ocorre com a mesma intensidade pelo lado da Guiana Francesa. A travessia do Rio Oiapoque continua sendo realizada

através de balsa.

Além da integração com os países vizinhos, a BR-156 seria igualmente um elemento fundamental de integração econômica do próprio Estado do Amapá. As cidades amapaenses situadas ao norte de Macapá podem igualmente ser consideradas como enclaves com respeito a Capital, da mesma maneira que o Amapá é um enclave em relação às outras unidades da federação e aos países que compõem o Platô das Guianas.

Outra ação importante na cooperação transfronteiriça diz respeito a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, interligando os dois países Brasil e França, que sempre fizeram parte das negociações bilaterais visando a implantação dessa importante obra para a concretização da integração regional. Concretamente no ano de 2001 em Brasília, é celebrado o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque, onde destacamos os artigos 1º e 2º:

“Art. 1º - Com a finalidade de construir uma ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, unindo o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, as Partes decidem dar início ao exame de questões referentes à construção e operação da referida ponte, por meio de suas respectivas autoridades locais”.

“Art. 2º - 1. Para os fins mencionados no Artigo 1 do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Bilateral, composta por um representante de cada um dos Ministérios competentes dos dois Governos e de representantes do Estado do Amapá e da Guiana Francesa. 2. Cada Parte designará um Chefe de Delegação e o notificará à outra Parte. 3. Os dois Chefes de Delegação estabelecerão, de comum acordo, o regulamento da Comissão Bilateral”.

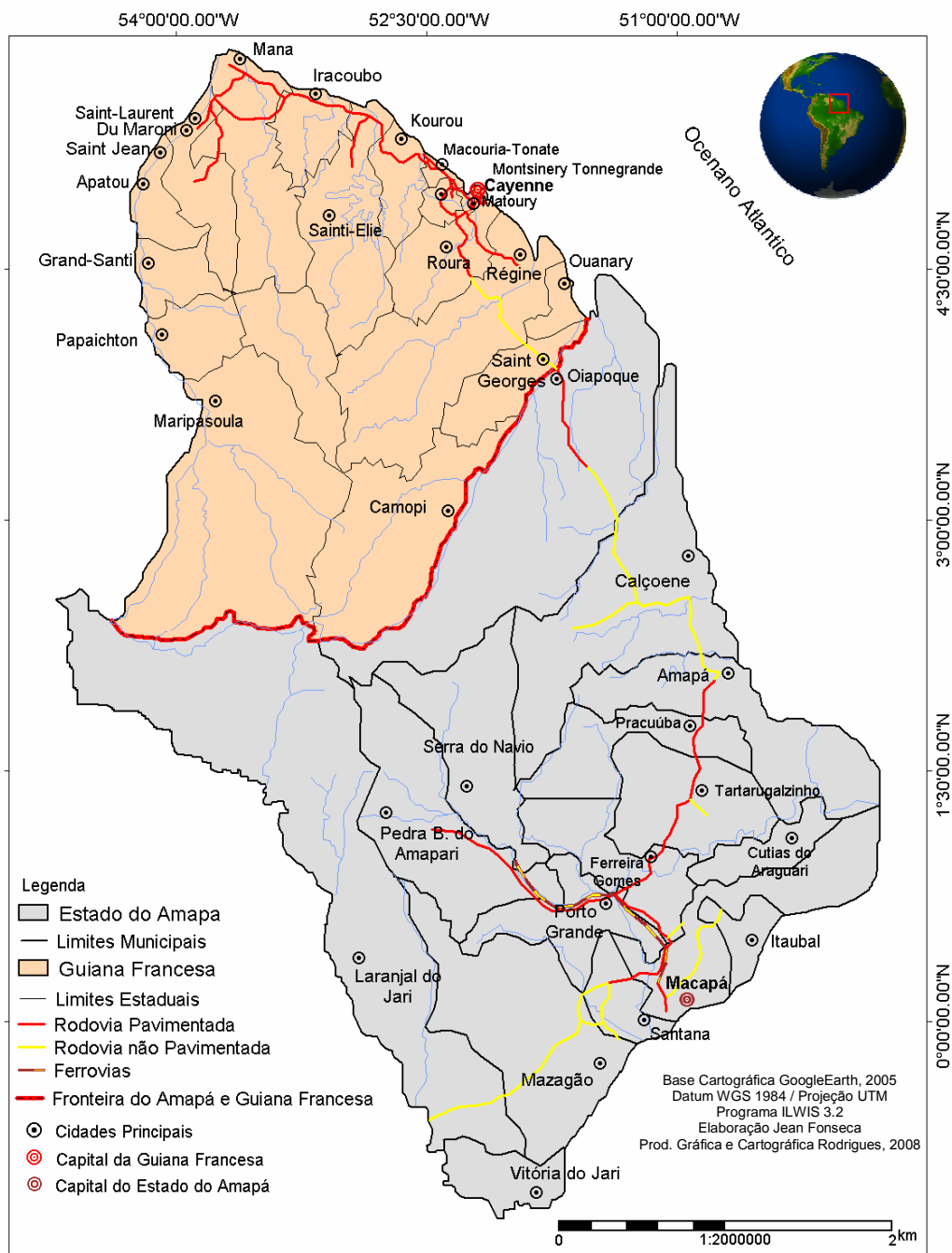
Após seis anos é promulgado através do Decreto 6.250, de 6 de novembro de 2007, o acordo entre os governos citados, relativo à construção da Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá. Onde destacamos o artigo 3º que diz que o gerenciamento da execução da obra da ponte e de suas instalações ficará a cargo da República do Brasil. Outro importante artigo é o que trata do pagamento das despesas (art. 24), que diz no seu item 2:

“O país gestor da obra da ponte garantirá o pré-financiamento das obras relativas à construção da ponte sobre o Rio Oiapoque. À

medida que as obras avançarem, o gestor da obra apresentará as faturas relativas às despesas por ele pagas e que, conforme o artigo 22, ítem 1, ficarão a cargo da outra Parte. O gestor da obra submeterá as faturas à aprovação da Comissão Técnica prevista no artigo 26”.

Após uma leitura mais pormenorizada desse acordo, verifica-se que a conclusão dessa importante obra irá passar por um longo e burocrático processo, uma vez que além dos recursos financeiros serão necessários estudos técnicos, licitação binacional, resolução de problemas ambientais e fundiários, bem como aprovação orçamentária no Congresso Nacional Brasileiro e liberação financeira pelo Governo Federal. Outro fator importante é a situação que se encontram as obras da Br – 156, em que o Estado do Amapá é parte conveniada, tendo recebido mais de 300 milhões de reais nos últimos seis anos pelo Governo Federal e concluído pouco mais de 130 quilômetros de asfalto.

MAPA 4: Interligação rodoviária Brasil/Amapá-França/Guiana Francesa



Fonte: Org. Autor

3.2.2 – *Cooperação na área de geração de energia*

Outro importante projeto de parceria transfronteiriça desenvolvido pelo Governo do Estado do Amapá, no período de 1998 a 2002 através da Companhia de Eletricidade do Amapá-CEA, juntamente com a empresa francesa “FRAMAPEL”, e que previa a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica no Município de Oiapoque, com potência de 7,5 MW e futuramente outras PCH's no Estado do Amapá. O objetivo era a facilitar o abastecimento energético dos municípios de maneira permanente e com baixo custo. O município do Oiapoque possui energia 24 horas gerada por uma termelétrica movida a óleo diesel.

Para que o projeto de construção da PCH fosse concretizado foi necessário a constituição de uma empresa denominada Companhia Amapaense de Geração Elétrica – CAGEL, pois o sistema nacional que regulamenta a produção de energia não permitia que as empresas estaduais de eletricidade operassem sistemas de geração.

Passados 10 anos do início das negociações acerca da construção da PCH no Rio Oiapoque, o quadro que se apresenta não é nem um pouco favorável, pois além do projeto não ter avançado, a Companhia de Eletricidade do Amapá encontra-se em um processo falimentar, fruto do descaso político e econômico, patrocinado pelas suas últimas administrações.

Abaixo apresentamos um quadro das relações de cooperação transfronteiriça que mais avançaram, no período de 1995 a 1997, em diversas áreas temáticas:

Quadro 3: Outras ações de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa

Temas Prioritários	Sub-temas	Resumo do objetivo/ação desenvolvida
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	Cartografia da floresta de terra firme	O objetivo desse projeto é elaborar mapas de paisagens da floresta tropical de terra firme (103.000 km ² do Amapá e 80.000 km ² da Guiana), realizar intercâmbio de conhecimentos voltados para o meio ambiente e tratamento de imagens orbitais. Este projeto, cuja realização foi prevista entre abril e outubro 1997, envolve o IEPA, do lado amapaense, e o ENGREF, do lado guianense.
	Pesquisa geológica	A empresa francesa BRGM propôs ao Governo do Amapá realizar um mapeamento geológico do Estado. O projeto visa identificar os recursos minerais existentes no Amapá. A BRGM realizou a cartografia geológica da Guiana. Esta empresa colabora com o CPRM, na região da fronteira no Oiapoque. O Governo do Estado do Amapá elaborou uma carta de intenções para realizar um convênio envolvendo o IEPA, o CPRM e a BRGM.
Energia e transporte	Construção de uma PCH no Rio Oiapoque	A empresa francesa Ribal e a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA estão negociando a constituição de uma "joint-venture", visando à construção e exploração de uma Pequena Central Hidrelétrica no Rio Oiapoque, com capacidade de 7,5 MW. Os estudos técnicos e de viabilidade econômica foram concluídos e financiados pela União Européia.
Desenvolvimento econômico	Formação de parcerias empresariais no setor agro-alimentar	Em agosto de 1997, o Governo do Amapá firmou convênio com a empresa francesa JBA-Agroconcept visando promover parcerias entre empresas amapaenses e francesas do setor agro-alimentar, para a transformação e comercialização de produtos da floresta (no mercado brasileiro e europeu). Caso aprovado, o projeto será realizado em parceria com a Cooperativa de Castanheiros do Laranjal do Jari/AP - COMAJA, e com as empresas francesas (SENFAS e JBA, CIRAD), além do Departamento Brasileiro Alimentício de Nutrição e Experimento - DANE. Inicialmente, o Governo do Amapá já financiou a JBA Agriconcept em US\$ 48.000,00.
	Turismo complementar	O projeto pretende identificar atrativos turísticos complementares entre as duas regiões, para então, definirem as ações visando aumentar o fluxo de turistas na região.
Saúde	Intercâmbio na área de saúde	Em 1996, foi realizado, em Macapá, estágio por enfermeiros franceses no setor de transfusão sanguínea e de administração hospitalar. No mesmo ano, médicos amapaenses participaram de estágio em Caiena, na área de urgência médica.
Educação, cultura e lazer	Inclusão da Língua Francesa nas Escolas da Rede Estadual	O Governo do Amapá implantará gradativamente a Língua Francesa nos currículos ministrados no curso ginásial, de 5ª a 8ª série, e no 2º grau da rede Estadual, a partir de 1998. Para tanto, habilitará 60 professores licenciados em Letras. Este programa, envolve a Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e a Universidade de Caiena.
	Projeto Planetário	O projeto está sendo elaborado pela direção do Museu do Aeroespacial de Kourou e pela Fundação de Cultura do Amapá. A instalação de um planetário na linha do Equador é o embrião do Museu Científico e Tecnológico da Linha do Equador (cooperação entre o CNES-Kourou e o Governo do Amapá).
	Competições Esportivas	Em julho, à convite da Federação Amapaense de Basquete, uma equipe de basquetebol da Guiana participou de um torneio em Macapá. Em agosto, à convite da Federação de Ciclismo da Guiana, ciclistas amapaenses participaram do Tour da Guiana.

Fonte: Organização do autor, a partir do Relatório da 1ª Reunião Franco-Brasileira Sobre Cooperação Transfronteiriça: propostas para a cooperação Amapá-Guiana Francesa (GEA, 1997).

3.2.3 – A Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA e seus impactos regionais

Em agosto de 2000, em Brasília, sob o patrocínio do BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento, do CAF – Corporação Andina de Fomento, e FONPLATA– Fundo de Desenvolvimento da Bacia do Prata e a presença de representantes dos 12 países sul-americanos, foi lançada a IIRSA, Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana. Essa iniciativa propôs recortar o continente sul-americano em dez faixas prioritárias para investimentos em infra-estrutura de energia, transportes e comunicações, tendo em vista o potencial exportador de cada uma delas.

A IIRSA representa um marco lógico orientador da integração do continente sul-americano aos mercados mundiais com participação ativa dos Estados nacionais já profundamente reformulados por medidas de ajuste e por reformas institucionais e administrativas correspondentes. Comparativamente como se fora uma ALCA processual incubada nos países sul-americanos sob a forma de agendas de integração e desenvolvimento.

Na esteira de nossa análise, ressaltamos a importância que essa nova estrutura continental detém na proposição de novas políticas de integração e suas influências no âmbito regional. A IIRSA é um mecanismo da cooperação e do diálogo entre os doze países da América do Sul para intercambiar a informação e para coordenar políticas e projetos setoriais de investimento, tempo como orientação principal a parceria público-privada.

Para tanto a IIRSA estabeleceu doze eixos de integração e desenvolvimento, e que esses eixos *“são recortes multinacionais do território onde os espaços naturais onde se concentram os assentamentos humanos, as zonas produtivas e os fluxos atuais do comércio, em que os investimentos de infra-estrutura ajudarão a criar oportunidades novas de desenvolvimento sustentável para seus habitantes”* (www.iirsa.org). O quadro abaixo mostra o Eixo do Escudo das Guianas, que envolve Brasil-Guiana Francesa-Suriname-Guiana-Venezuela.

Figura 2: Eixo do Escudo Guianas



Fonte: www.iirsa.org

As características gerais estabelecidas para esse eixo, foram: 1º) o desenvolvimento desse eixo envolve a utilização dos recursos naturais (minério de ferro, bauxita, ouro, recursos florestais) e o aproveitamento do potencial de hidroeletricidade; 2º) a infra-estrutura de integração necessita ser desenvolvida e o fluxo de comércio é pequeno; 3º) existem espaços com nível de desenvolvimento diferentes e sem articulação entre si.

Conforme o Seminário sub-regional organizado pelo Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, em setembro de 2003, em Lima, esta integração está voltada para alcançar três objetivos (www.iirsa.org, 2003):

- Apoiar a integração de mercados para melhorar o comércio intra-regional, aproveitando primeiramente as oportunidades de integração física mais evidentes;

- Apoiar a consolidação de cadeias produtivas para alcançar a competitividade nos grandes mercados mundiais;
- Reduzir o custo sulamericano através da criação de uma plataforma logística vertebrada e inserida na economia global.

Fica muito claro que essa integração está voltada para escoar mais facilmente os recursos naturais dos países sul-americanos, principalmente, para os mercados norte-americanos e europeus. Nos parece que a opção de não consultar a sociedade civil, dos 12 países envolvidos dessas iniciativas, sobre que tipo de integração desejam para seus países, é estratégica. Outro aspecto importante a ser destacado é que passado oito anos da reunião que criou a IIRSA poucas pessoas na América do Sul têm conhecimento de sua existência e de que ela está em andamento, porque não há interesse para que esta discussão se torne pública, sendo mais fácil executá-la em reuniões fechadas e com poucos integrantes poderosos, como tem acontecido até hoje.

Estamos chegando ao estágio final das reformas neoliberais levadas a cabo desde os anos 90. Os setores econômicos que sobrevivem aos processos de reestruturação são absolutamente dependentes dos mercados internacionais como supridores, intermediários ou distribuidores. Ao invés do tripé desenvolvimentista dos anos 60/70 (Estado, capital nacional e capital estrangeiro) o que se prefigura em iniciativas como a IIRSA é a instauração de um processo decisório público-privado que operacionaliza e naturaliza a lógica do capital financeiro e dos setores privatistas, em nome da competitividade e do crescimento. É o disciplinamento de nossos territórios através de novos espaços institucionais, novas lealdades e consensos de novo tipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato as ações desenvolvidas visando uma maior cooperação transfronteiriça, principalmente no período de 1995 a 2002, durante o mandato do Governador Capiberibe no Estado do Amapá, obtiveram inúmeros avanços nas discussões que envolviam as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política institucional. Nesse período houve uma tentativa de aproximação regional entre Amapá e Guiana Francesa objetivando a criação de parcerias concretas visando o desenvolvimento territorial de ambos.

O protagonismo local nas discussões de temas transfronteiriços, até então de domínio dos governos centrais (Brasil e França), demonstrou ser estratégico e inovador, permitindo que houvesse uma inversão da lógica diplomática até então estabelecida nas relações entre países. Esse protagonismo serviu como um importante canal de diálogo político acerca do modelo de desenvolvimento para a região.

Reconhecemos que o período de 2002 a 2007, as relações e parcerias entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa sofreram um desaceleramento, imputado principalmente pela falta de interesse político, principalmente do Governo do Estado do Amapá. O que é conhecido usualmente como descontinuidade na execução de projetos e programas.

Outro fator importante de ser abordado refere-se ao fechamento das fronteiras guianenses para os brasileiros (ilegais ou não ilegais) que tentam penetrar naquele território, motivados principalmente pelo medo do inchaço demográfico, perdas econômicas, degradação ambiental e aumento da violência.

Também é importante ressaltar a inversão de moedas nos dois países, fato esse que ocorre a partir do ano de 2000, quando passa a vigorar na Guiana Francesa a moeda € EURO, invertendo com isso a situação cambial entre Brasil e Guiana Francesa. Antes de 2000, (1 Real equivalia a cerca de 5 Francos), depois de 2000, (1 Euro equivale a cerca de 3 Reais). Essa mudança cambial provoca um aumento significativo de brasileiros emigrante na direção

da Guiana Francesa, motivados pelo diferencial de renda a ser obtido com a migração.

Em relação às questões ambientais, nota-se em ambos os lados da fronteira uma expansão das áreas de preservação, motivadas principalmente pela necessidade de contenção da degradação ambiental e conseqüente proteção de estoques de biodiversidade, lógicas estabelecidas a partir da assinatura de tratados e convenções durante e pós Rio 92.

Torna-se necessário um maior levantamento de dados integrados de ambos os lados da fronteira. Como as leis e projetos para a fronteira desconhecem as competências assinaladas às entidades territoriais vizinhas, as políticas territoriais específicas na faixa acabam se transformando num exercício de retórica.

É comum a mídia abordar as questões de fronteira associadas às atividades ilegais, que tiram proveito de suas vantagens locais como o contrabando, o tráfico de drogas, as invasões de terras indígenas, a mineração e a extração de madeira em unidades de conservação, etc. Não são falsos os dados divulgados, mas qualquer tentativa de ampliar o controle sobre essas atividades e de oferecer alternativas econômicas para a região de fronteira deve passar pelo conhecimento de suas características reais e potenciais e das particularidades das transações efetuadas entre elas e os entes territoriais dos países vizinhos. Espera-se que essa dissertação seja um pequeno passo rumo a esse objetivo.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade**. Biodiversidade pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. Parcerias Estratégicas, Número 12, setembro 2001.

ALLIÈS, Paul. **L 'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

AMAPÁ. **Programa de Desenvolvimento Sustentável**. Macapá, 1995.

ARAÚJO, A.G. Jorge. **Introdução as Obras do Barão do Rio Branco**. V. X, Ministério das Relações Exteriores, 1945.

AROUCK, Ronaldo. **Brasileiros na Guiana francesa Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** Lusotopie, 2000, p. 67-78

BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Berta. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BENCHIMOL, SAMUEL. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BONNEMAISON, Joel e CAMBRÉZY, Luc. **Le Lien Territorial: entre frontières et identités**. Géographies et Cultures (Lê Territoire), n° 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

BONNEMAISON, Joel. **La Géographie Culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S., 2000.

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em Torno do Território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BOSSÉ, Mathias Le. **As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas**. IN: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1992.

DEALTRY, Giovanna Ferreira. **Memória e Esquecimento como Formas de Construção do Imaginário da Nação**. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita & BASTOS, Liliana Cabral (Orgs.). *Identities: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, Mercado de Letras, 2002.

DI MÉO, Guy. **Géographie Sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998.

ESCOLAR, Marcelo. **Territórios de Dominação Estatal e Fronteiras Nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política**. In: SANTOS, Milton e outros (Orgs.). *O Novo Mapa do Mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC/ANNABLUME, 2002.

FOUCHER, Michel. **L’Invention des Frontières**. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.

FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. **Mais Além da ‘Cultura’: Espaço, Identidade e Política da Diferença**. In: ARANTES, Antonio (Org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papius, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Rio de Janeiro, EDUFF: 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, (1945) 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, (1957) 2005.

KNAUSS, Paulo (Org). **Oeste Americano: quatro ensaios dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EDUFF, 2004.

LEFEBVRE, Henry. **La Production de l’espace**. Paris: Anthropos, (1984) 2000.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira: no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona, 1989. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana – Universitat de Barcelona.

MACHADO, Lia Osório. **A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira**. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. 54 (2), abr./jun., 1992.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade.** In. Revista Território. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. Ano V, nº 8. Jan-jun., 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912).** São Paulo: UNESP, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica.** IN: _____. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contribuições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, (1952) 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no 'longo' século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REBORATTI, Carlos E. **Fronteiras Agrárias em América Latina.** Barcelona: Cuardenos Críticos de Geografía Humana. 1990.

SALES, T. 1992, "**Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros : uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa**", *Revista Brasileira de Estudos da População*, IX (1), jan.-julho : 14-21.

SECRETO, Maria Verônica. **O Destino Manifesto: a historiografia brasileira das fronteiras.** In. Dimensões – Revista de História da UFES. Vitória: UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 14, 2002.

SILVA, Ligia Maria Osório. **A Fronteira e outros mitos.** Tese de Doutorado defendida na UNICAMP. Depto. de Política e História Econômica, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das Cidades de Fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WAIBEL, Léo H. **As Zonas Pioneiras do Brasil**. Rio de Janeiro, RBG: Ano 17, nº 04, out/dez, 1955.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SITES VISITADOS

<http://www.isa.org.br/nsa/detalhe?id=406> (Acessado em 30/06/2006)

http://www.guyane.ecologie.gouv.fr/rubrique.php3?id_rubrique=66 (Acessado em 17/09/2007)

<http://www.developpement-durable.gouv.fr/> (Acessado em 26/04/2007)

<http://www.iirsa.org/index.asp?CodIdioma=ESP> (Acessado em 15/01/2008)